

ATA N.º 0002/XI/2017

Sessão Ordinária de 21/04/2017

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1º - **Relatório e Contas do ano de 2016;**
- 2º - **1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;**
- 3º - **Alteração ao Mapa de Pessoal do Município;**
- 4º - **Atos da Câmara.**

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Cátia Cristina Pereira Tavares é substituída nesta sessão por Luis Alcino Rodrigues Barata;
- José António Soares Pereira é substituído nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- António Augusto Jordão Chora é substituído nesta sessão por Carmem Maria Mira Mafra.

Verificação de ausências:

- Não se verificaram ausências.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, João Miguel da Silva Romba e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público presente.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Apresentou, e pôs a votação, a seguinte **Ata**:

Ata nº04.16 – Sessão de 30.09.2016 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a ata à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Staline Rodrigues do PS

Relativamente ao que está referido por si na página vinte e um, que tem a ver com a Associação Raríssimas, em que pediu ao Sr. Presidente da Câmara alguma informação do que se vai passando naquela associação que é muito importante para o concelho, disse que não tiveram informação nenhuma.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Interrompeu o Sr. Staline Rodrigues para o recordar que estão a discutir o teor da ata e questionou-o se estava incorreta ou se tinha alguma alteração a propor em relação à ata.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Informou que se estava a referir à pergunta que então colocou ao Sr. Presidente da Câmara.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Esclareceu que essa questão deverá ser abordada, porventura, nos Atos da Câmara e questionou, novamente, se tinha alguma correção a fazer à ata, tendo obtido indicação que não.

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção sobre o conteúdo da ata submeteu-a a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderá participar da votação.

Submetida a **ata** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis da CDU, seis do PS, dois do BE, um do PSD.

Sr. Luis Morgado do BE

Pediu ao Sr. Presidente para usar a palavra neste período antes da ordem de trabalhos porque na anterior Assembleia, na discussão dos Atos da Câmara, um membro deste órgão se referiu aos vereadores da oposição, referindo até os nomes, caracterizando as suas faltas como pouco empenho e desrespeito por esta Assembleia.

Acontece que, nesse dia, não estiveram presentes o Sr. Tito e o Sr. Raminhos.

O Bloco de Esquerda autorizou-o, e o próprio Raminhos, para que hoje fizesse aqui uma explicação.

O Vereador Raminhos não esteve presente, e algumas vezes não esteve presente, por situações graves que o envolvem, quer à esposa, quer à mãe, aliás, relativamente à esposa por uma doença grave que apouca e destabiliza qualquer um.

A razão por que hoje não está, que também está autorizado a explicar, é que, exatamente nesses desenvolvimentos, ele hoje fez anos, a coincidir com a mãe, e logo houve um envolvimento familiar, não

tanto por eles mas pela situação da companheira que levou a que, exatamente, não pudesse hoje estar presente.

Este problema levou a que o Bloco de Esquerda, e está autorizado pela concelhia do Bloco de Esquerda a dizer isto, chegasse a equacionar a suspensão do mandato do companheiro Raminhos mas, mediante também a realidade de ele não ter pelouro nenhum, só ter as reuniões mínimas que a lei obriga, entendeu-se, por bem, não fazer tal esforço e ele continuar a garantir a sua presença, foi isto.

Por isto, e pelo facto de o Sr. Presidente não ter feito qualquer reparo ao interveniente nesta Assembleia que, porventura, sabe de antemão que os vereadores, todos eles e, nomeadamente, da oposição, só podem falar com autorização do Presidente da Câmara, logo, solicita hoje, aqui e agora que interceda junto do Sr. Presidente da Câmara para que autorize o vereador que está aqui presente, por exemplo, o Sr. Tito, a intervir e a explicar o que entender pelo facto do seu nome ter sido aqui referenciado, como se a sua não presença significasse pouco empenhamento e falta de respeito a este órgão.

Perante manifestações de intervenção disse que não pôs o problema à discussão e que solicitou somente ao Sr. Presidente que pedisse ao Sr. Presidente da Câmara se, acaso, autorizava ou não autorizava, mediante a lei, como é evidente, mas não quis gerar aqui nenhum pandemónio.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Lembrou que, naturalmente, tal como o Sr. Luis Morgado pediu a palavra também outros membros da Assembleia o podem fazer.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Em primeiro lugar, esclareceu que não se recorda exatamente do que disse e tem ideia que fez uma saudação aos vereadores presentes e, na intervenção, não se lembra de ter referido o nome do Vereador Tito, o que estranhou foram as faltas constantes do Vereador Raminhos, e não sabia o porquê, e estranhou que o Bloco de Esquerda, sendo uma força política organizada, não o fizesse substituir, o que lamenta porque, em democracia, têm uma lista quando são candidatos de uma força política e têm outros camaradas ao lado, e companheiros e amigos.

Portanto, acha que a Assembleia Municipal sai reduzida deste comportamento do Bloco, que não faz substituir as pessoas, e pensa que os vereadores eleitos, ao contrário do que o Bloco diz, têm funções específicas, uns têm pelouros atribuídos, outros não têm, mas têm a importante tarefa de fiscalizar, de acompanhar, de fazer propostas, e pensa que saem todos muito pior por o Bloco de Esquerda não estar a exercer o cargo que o povo lhe deu.

Aproveitou para desejar as melhoras à família do Vereador Raminhos e muitas felicidades, esclarecendo que não foi nenhum ataque pessoal, foi um lamento por terem aqui, efetivamente, um empobrecimento democrático pelo Bloco de Esquerda ter uma opção de não fazer substituir o vereador e com isso perderem todos, foi só isso.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Como não tinha presente quem é que tinha referido isso entendeu a intervenção supra como um esclarecimento e um direito de resposta.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Morgado disse que o Sr. Presidente da Câmara o ouviu e, quando estiverem nos Atos da Câmara, se o Sr. Presidente da Câmara autorizar...

Sr. Luis Morgado do BE

Interrompeu o Sr. Presidente da Assembleia e disse: "Não se trata dos Atos da Câmara trata-se antes da ordem de trabalhos."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Desculpe. Desculpe..."

Sr. Luis Morgado do BE

"Isto não é Atos da Câmara."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“Desculpe. Não o autorizei a falar e não se trata de nada disso...”

Sr. Luis Morgado do BE

“Entenda-se...”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“O senhor colocou-me a questão...”

Sr. Luis Morgado do BE

“O senhor granjeou a palavra àquele senhor que, exatamente, foi o que pronunciou os factos aqui e, a tradução das suas palavras é de pouco empenhamento e a caracterização que fez é de pouco empenhamento das pessoas em falta. Ora, percebendo o contexto...”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“Bom. Se o senhor quer falar quando quiser...”

Sr. Luis Morgado do BE

“É exatamente isto.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“... faz isso assim.”

Sr. Luis Morgado do BE

“Não, não.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“Não, não. Desculpe mas está a desrespeitar a Mesa da Assembleia.”

Sr. Luis Morgado do BE

“O senhor está a estruturar conforme lhe convém.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“O senhor está... Não, não, não. Desculpe lá.”

Sr. Luis Morgado do BE

“O senhor não ouviu. Eu quero ouvir em voz alta a sua proposta, a sua proposta, a sua solicitação ao Sr. Presidente da Câmara. Foi isso que eu lhe pedi aqui e agora, para não interrompermos trabalhos, para não intervalarmos trabalhos, para não adiarmos nada. Trata-se de um assunto da Assembleia anterior, logo não deve ser arrastado para a ordem de trabalhos. Foi... É o meu critério, é a minha interpretação sobre o funcionamento de qualquer Assembleia.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“É o seu. O meu critério não é essas atitudes, portanto, e sou que presido à Mesa da Assembleia, por enquanto.”

Sr. Luis Morgado do BE

“Olhe se eu fosse vereador levantava-me da Mesa e abandonava.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Acho que o senhor..."

Sr. Luis Morgado do BE

"Porque isso significa não obter qualquer resposta. Está a perceber?"

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Acho que o senhor está a ultrapassar tudo e mais alguma coisa."

Sr. Luis Morgado do BE

"Ai eu é que estou?"

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Está, está, está sim. Está."

Sr. Luis Morgado do BE

"Quer dizer nem a defesa de honra é permitida aqui?"

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Mas qual honra? Quem é que violou a sua honra?"

Sr. Luis Morgado do BE

"Do vereador, ou dos vereadores."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Quem é que violou a sua honra?"

Sr. Luis Morgado do BE

"Não é a minha é a deles."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Oh Sr. Morgado. Peço-lhe que se contenha e, portanto, aquilo que eu disse foi: o Sr. Presidente ouviu como eu ouvi, ponto final, e é a ele que compete essa decisão. Portanto, eu não vou, porque uma coisa era, se porventura, o Sr. Presidente da Câmara aqui não estivesse, eu lhe transmitisse aquilo que o senhor pediu. Eu não vou fazê-lo, naturalmente, ponto final. Portanto, continuando..."

Sr. Luis Morgado do BE

"Assume a estrutura e o sistema que está."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

"Vamos para a frente."

Informou então que deram entrada na Mesa da Assembleia:

1º Requerimento ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, apresentado pelo PS;

2º Saudação "Dia Internacional dos Trabalhadores" apresentada pela CDU;

3º Saudação "Defender Abril, Prosseguir em Maio e Sempre!", apresentada pelo BE;

- 4º Saudação "Saudação ao 25 de Abril", apresentada pelo PS;
- 5º Saudação "Por um 1º de Maio dos trabalhadores", apresentada pelo PS;
- 6º Saudação "Saudação à luta da população da Baixa da Banheira por melhores serviços públicos de saúde", apresentada pela CDU;
- 7º Saudação "Saudação ao 25 de Abril", apresentada pela CDU.

Em seguida leu o **Requerimento** entregue, pelo PS, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, conforme transcrição infra:

"Ao abrigo do Estatuto da Oposição vem a bancada do Partido Socialista solicitar:

- O questionário realizado telefonicamente pela empresa Consulmark no mês de setembro.
- Solicitamos as perguntas feitas aos 500 munícipes telefonicamente, dado que as questões mencionadas nos documentos entregues não correspondem àquelas que foram feitas à nossa camarada Filomena Ventura."

Informou que a Mesa irá reencaminhar o requerimento supra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Moita, solicitando a resposta ao mesmo.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Tânia Ribeiro da CDU

"Dia Internacional dos Trabalhadores

Nunca é demais recordar as centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade de todos os trabalhadores.

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, por regulamentação e horários de trabalho, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

Assim, a Assembleia Municipal reunida a 21 de Abril decide:

- Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;
- Apelar e mobilizar as populações, os trabalhadores e a juventude para que transformem a manifestação da CGTP-IN no dia 1º de Maio numa ação de exigência de valorização do trabalho e dos trabalhadores pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com trinta votos a favor, sendo dezanove da CDU, sete do PS, dois do BE, dois do PSD; uma abstenção do PS.

Declaração de Voto da Sr.^a Filomena Ventura do PS

“Eu abstive-me nesta moção, não porque não concorde e não tenha participado em muitos 1ºs de Maio da CGTP-IN, mas porque lamento, desde que fui membro do Conselho Nacional da CGTP, que a CGTP se mantenha, a nível internacional, como observadora na Central Sindical Internacional.”

Em seguida foi apresentada, pelo **BE**, a seguinte **Saudação**:

Sr.^a Carmem Mafra do BE

“Defender Abril, Prosseguir em Maio e Sempre!

Empobrecer rapidamente e em força era a política do governo da Troika!

Em 4 anos desse governo, o total de famílias em Portugal que ganhavam menos de 10 mil euros brutos por ano disparou de 2,28 milhões de famílias em 2010, para mais de 3 milhões em 2015.

O atual Governo, com o apoio da esquerda parlamentar, tem vindo a melhorar estes índices, não tão depressa como todos gostaríamos, mas num caminho solido e sem retorno ao roubo de salários e aumentos gigantescos de impostos.

É neste contexto social que iremos comemorar 43 anos do 25 de Abril, revolução da liberdade e da luta por uma vida melhor e mais digna. Nada voltou a ser como antes desse dia, dia em que a maioria dos portugueses que acreditou ser possível a conquista de direitos que nunca tinham alcançado.

Muitas conquistas foram obtidas com grande empenhamento, determinação e coragem.

Aprendemos a viver em democracia e assim foi possível concretizar na Constituição da República Portuguesa entre outros, o direito ao trabalho, à saúde e à segurança social.

Foi possível lutar pela contratação coletiva, pelo salário mínimo, férias e subsídio de Natal, e pela igualdade de direitos no trabalho como na sociedade.

Foi a Constituição, apesar de todos os ataques que sofreu nos últimos anos, que evitou mais danos provocados pelo governo da Troika.

Acreditamos que “só haverá LIBERDADE a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação; só há LIBERDADE a sério quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”.

Agricultores, estudantes, militares, forças de segurança, trabalhadores das autarquias locais, aposentados e reformados, são alguns daqueles que demonstraram na rua no passado, no presente e se necessário no futuro lutarem pela defesa de direitos alcançados, e que acreditam num presente e num futuro com dignidade.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em Sessão Ordinária a 21 de Abril de 2017, decide:

- Saudar a Revolução do 25 de Abril e os avanços sociais, económicos e políticos que foram alcançados;
- Saudar os valores e princípios consignados na Constituição da República Portuguesa;
- Saudar a Democracia Local e a luta das populações em defesa da restituição das extintas Freguesias;
- Saudar o 1º de Maio, em defesa do direito ao trabalho e de condições de vida com dignidade;
- Exortar à participação dos cidadãos do concelho nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio como forma e prosseguimento da melhoria das condições de vida, de saúde, de trabalho e condições a ele ligado, nomeadamente a melhoria do salário mínimo, a revogação da caducidade, a aplicação das normas que preveem a renovação automática das convenções e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Sr. João Faim e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir assinalasse a sua intenção.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. João Faim da CDU

Começou por saudar todos os presentes e desejar, neste espírito e nesta época de Abril, que esta Assembleia decorra com o maior respeito e democracia porque todos merecem.

Está de acordo com esta saudação que o Bloco de Esquerda apresenta e apenas pediu a palavra para solicitar, neste caso, à proponente, uma ligeira retificação, caso assim o entenda, naturalmente, e pensa que essa retificação é de justiça, tendo em conta a verdade histórica.

Na verdade, no primeiro parágrafo e também um pouco mais à frente, a saudação refere-se como "*governo da Troika*" e não tiveram apenas um "*governo da Troika*", como sabem tiveram "*governos*" da Troika, "*governos*" de partidos que, conjuntamente, assinaram o pacto de agressão e que implementaram e puseram em prática essas medidas da Troika contra o povo português.

Portanto, aquilo que propunha, ou solicitava, ao proponente do Bloco de Esquerda era que passasse, tão simplesmente, no primeiro parágrafo, de "*Em 4 anos*", que será um pouco mais, para "*No período de governos da Troika*" e também, mais à frente quando diz "*Foi a Constituição, apesar de todos os ataques que sofreu nos últimos anos, que evitou mais danos provocados pelo governo da Troika*" dissesse "(...) pelos governos da Troika" porque também, na verdade, tratou-se de mais do que uma legislatura e mais do que um governo que pôs em prática, como disse há pouco, esse pacto de agressão.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse que, para si, é difícil ultrapassar este momento sem se recordar e fazer recordar a Assembleia que foi da sua responsabilidade, e dos restantes camaradas, organizar a grande manifestação em Maio de 1970, que deu lugar à prisão de oito camaradas do distrito três dias depois.

Isto levou a uma transferência dos presos para a cadeia do Porto, onde ali estiveram algum tempo a ser brutalmente martirizados, torturados e, desta prisão, foram julgados os oito e dois foram condenados por serem membros do Partido Comunista, o Staline Rodrigues, a dezoito anos de cadeia que passou em Peniche, e o seu ex-camarada Cunha de Alhos Vedros, já falecido.

Destas prisões e destas situações, e como começou por dizer, houve um camarada destes dois que se manteve no Partido até 1985, que é o Staline Rodrigues, o outro camarada de Alhos Vedros, por razões óbvias que tem dificuldade em explicar, foi sempre um membro ativo, ou pelo menos simpatizante do Partido e passou parte do seu tempo na sede do Partido em Alhos Vedros, contudo, nunca mais foi admitido no Partido.

Mais referiu que saiu da cadeia em 71 e, em 73, foi chamado à PIDE com um novo processo, felizmente surgiu o 25 de Abril e aqui estão a congratular-se com a liberdade, com a democracia.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Questionou se os proponentes pretendiam dizer alguma coisa.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que não estava escrito por acaso e que era, exatamente, isto porque o governo da Troika, ou "*Troikano*", com o PSD, foi o *zenith* que despoletou a possibilidade de, nas eleições seguintes, se concretizar a solução governativa que agora está, ou seja, "*A Paragem*".

Não se trata de branqueamento do passado, trata-se, de facto, de não se desgastarem naquilo que, de facto, nunca os uniu em todo o decorrer de quarenta anos, ou mais de quarenta anos, até esta data.

O objetivo foi este, foi valorizar a solução política encontrada que, precisamente, o *pivot* na noite eleitoral foi o amigo Jerónimo de Sousa na declaração que fez, em primeira mão, à TV. Logo, não estão em condições de alterar aquilo que o seu amigo Faim aqui propôs, porque o objeto foi mesmo este, valorizar a solução encontrada, por muitos reveses que aconteçam, mas aquilo tinha que ser parado, é uma forma

de parar um tumor, o tumor tinha que ser parado porque senão já não sobrava nada, e o Jerónimo de Sousa percebeu bem isso.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Continuando a discussão deu a palavra aos seguintes intervenientes infra.

Sr. Vicente Merendas da CDU

Em relação a esta saudação do Bloco de Esquerda, quis deixar uma sugestão, no que diz respeito ao último parágrafo da primeira página que começa por “agricultores”, e que depois faz várias referências àqueles que demonstraram na rua, no passado, no presente e por aí fora, uma vez que, certamente por esquecimento, só se refere os trabalhadores das autarquias locais, não há uma referência aos operários, não há uma referência aos trabalhadores a nível geral, portanto, ficaram esquecidos aqui nesta luta que travaram e que foram, de facto, das forças mais combativas, tanto nas conquistas de Abril como depois na defesa das conquistas de Abril.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Quis fazer aqui uma clarificação porque foi aqui dito que o Sr. Jerónimo de Sousa proporcionou esta solução e não foi o Sr. Jerónimo de Sousa que proporcionou esta solução, foi o Comité Central do Partido Comunista Português, e é bom que isto fique na cabeça de todos, não foi uma decisão do seu camarada, foi uma decisão de um partido inteiro que entendeu que bastava daquele caminho e que era preciso inverter o ciclo, e foi isso que aconteceu.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Questionou os proponentes se, em relação a esta última sugestão, tinham alguma questão.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que não tinha questão nenhuma, porventura, nunca foi operário, nem nunca dirigiu nenhuma luta, nem sequer foi dirigente sindical, é um “zero” aqui nesta Assembleia.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Confirmou que a sugestão de alteração não foi aceite.

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com dez votos a favor, sendo oito do PS, dois do BE; dois votos contra do PSD; dezanove abstenções da CDU.

Declaração de Voto do Sr. João Faim da CDU

«Abstive-me na votação desta moção embora, já como aqui foi referi na minha intervenção, concordasse, no essencial, com o conteúdo da mesma. Considero que, particularmente, e atendendo à explicação que, não a proponente, mas o Sr. Luis Morgado, fez da questão dos governos encaixa, provavelmente, no espírito do primeiro parágrafo, não encaixa de maneira nenhuma, e podemos ler o parágrafo, descontextualizando, que *“Foi a Constituição, apesar de todos os ataques que sofreu nos últimos anos, que evitou mais danos provocados pelo governo da Troika”* ...

Sr. Luis Morgado do BE

Interrompendo a declaração de voto supra disse: “Isto não é uma declaração de voto.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que agradecia que, por favor, não interviesse mais vezes assim.

Declaração de Voto do Sr. João Faim da CDU

Retomando disse: “E, como tal, estava eu a referir, particularmente neste parágrafo, aparece de forma despropositada a não referência a governos da Troika porque, na verdade, foi isso que existiu.”

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Miguel Jorge do PS

“Ao 25 de Abril

Dentro de poucos dias Portugal e o povo português irá festejar 43 anos do 25 de abril de 1974, dia em que com enorme coragem e determinação, um grupo de militares deu corpo a uma inquebrável vontade de mudança e consolidou a luta de um povo pela liberdade, a qual jamais poderá ser esquecida. Graças a todos eles hoje somos livres!

Em 25 de Abril de 1974,

- Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.
- Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de liberdade. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à Educação Pública passou a ser um dos pilares fundamentais da igualdade.
- Portugal pôde, também, iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da Fraternidade.
- Em 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou os processos que permitiram a autodeterminação e a independência dos povos africanos que até então faziam parte do seu império colonial, dando corpo à Descolonização.

Outras conquistas poderiam aqui ser referidas, mas o mais importante, é que podemos afirmar que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974.

A Assembleia Municipal da Moita relembra e saúda com gratidão, todos os homens e mulheres que tornaram e tornam possível que hoje vivamos em liberdade.

Nesses precisos e conturbados momentos quem que a Europa e o Mundo parecem ignorar os valores da liberdade, da democracia e do respeito pelas diferenças, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 21 de Abril de 2017 reitera a necessidade, cada vez mais premente, de celebrar Abril e de todos os dias continuarmos a construir Abril na permanente defesa de um País **livre, democrático e plural.**”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Sr. Manuel Marques e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir assinalasse a sua intenção.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Manuel Marques da CDU

Disse que gostaria de sugerir ao Partido Socialista que, pelo menos quando apresenta algumas propostas de moções, e outras, fosse mais coerente com a história do Partido Socialista no pós 25 de Abril.

Primeiro, não foi um “grupo” de militares que surgiu com bom senso, “grupo” é uma espécie de grupelho, de meia dúzia de indivíduos, foi um movimento dos capitães, “grupo” devia ser substituído por “movimento” porque, em Portugal, ainda hoje se estuda, não houve um golpe militar, não houve,

exatamente, um levantamento militar à toa, houve um “movimento” dos capitães que organizou e convidou os outros a aderir a essa grande jornada heroica que foi o 25 de Abril, por isso, em nome de algum respeito até, pela história de inúmeros socialistas que também tiveram envolvidos nessa luta, convinha ter um pouco mais de atenção a isso.

Em relação à questão do estado social do Serviço Nacional de Saúde, disse que são conquistas que são conquistadas após o 25 de Abril, não é o resultado imediato do 25 de Abril. Se forem ver quando é que foi aprovado o projeto do António Arnaut na Assembleia da República, não foi em 75, não foi em 76, digamos que há outras conquistas que estão escondidas, porque o Partido Socialista, que aprovou a Constituição da República em 74, depois renegou as conquistas das nacionalizações, do controle operário, da reforma agrária, etc., etc., etc..

Só está a dizer porque, de vez em quando, vêm para aqui uns historiadores, que até andaram muito tempo nas universidades e nas escolas, mas da história do povo trabalhador percebem pouco, e convinha que tivessem um pouco, também, em conta a história do seu próprio Partido Socialista que, apesar de muitas críticas e convulsões com a força política que representa, nunca fizeram renegada a história de quando os socialistas estiveram com eles na luta e na vanguarda das lutas.

Para terminar disse que, já agora, ainda bem que a CGTP não está onde todos querem que esteja.

Sr. Luís Morgado do BE

Disse que, naturalmente, mesmo naturalmente, vai aqui, ou se fosse há dez anos atrás, ou há vinte atrás, aprovar uma saudação destas, até devido à quadra, e as pessoas conhecem-se, as que estão aqui.

Nada é alheio na vida, naturalmente que o percurso político dos partidos também não é alheio, e ele foi bem pesado, só que, por exemplo, se for detalhar ao analisar qualquer uma das saudações num crivo ideológico daquilo que propriamente defende, não aprovava nem aquela que propôs.

Não podem chegar aí, não podem chegar aí. Era como se, por exemplo, fosse membro da Comissão de Festas da Moita e, às tantas, resolvesse pôr as coisas ao seu gosto, então olha não havia procissão, não havia tourada, não havia largada, não havia nada, que festa era essa?

Ora, ao interpretar uma saudação está-se a interpretar sentimentos, normalmente, em quadras destas, devem ser um pouquinho unificadores e não com um crivo ideológico tão perfeito, porque aí não votava nenhuma destas que aqui estão, não votava mesmo, mas vai votar esta, vai votar esta, exatamente, porque não tem nenhuma pretensão, não há nenhum ressabiamento, não há nada e, no texto não vê nada do que estão a ver, ainda por cima com algumas interpretações bem trocadas, diga-se de passagem.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Neste período histórico da nossa vida em Portugal sente-se eufórico por um conjunto de razões, nomeadamente, pela liberdade, pela democracia e por festejarem esta data, e parece-lhe inoportuno a penúltima intervenção, parece-lhe inoportuno porque se, porventura, fossem fazer uma análise profunda da história, passariam aqui a uma discussão inconveniente.

Agora, uma coisa é certa, não obstante a sensibilidade política e ideológica do país, é preciso ter em conta os fatores históricos que foram referidos mas também a posição assumida pelos portugueses atualmente, e a posição assumida pelos portugueses atualmente não confere nenhuma razão às palavras que foram proferidas pelo seu camarada.

Se analisarem as condições que são hoje apresentadas aos portugueses, relativamente às sondagens, porque hoje as sondagens são importantes aqui, são importantes na França, são importantes em todo o mundo, não conferem, de facto, qualquer razão à intervenção anterior.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Carlos Albino do PS

“Por um 1º de Maio dos Trabalhadores

Dentro de poucos dias comemora-se o dia 1º de Maio em que os trabalhadores sairão às ruas para celebrarem o seu dia em liberdade.

No 1º de Maio, recordam-se todos aqueles que pelas suas lutas e posições de defesa dos seus direitos laborais nos permitiram, defender neste século XXI, o Trabalho Digno.

O próximo 1º de Maio, voltará a ser um dia de luta pela defesa dos direitos laborais, pela defesa da dignidade, pelo direito à liberdade.

Assim, os eleitos da Assembleia Municipal da Moita, reunida em 21 de Abril de 2017, saúdam:

- os trabalhadores na defesa dos seus direitos através de um sindicalismo com propostas de defesa dos trabalhadores, democrático e plural;
- os trabalhadores que denunciam e lutam contra situações de exploração laboral, no nosso país ou a nível internacional.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco, e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir assinalasse a sua intenção.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que apenas tinha uma pergunta porque tem uma dúvida grande e queria perceber o que é que o proponente, ou os proponentes, entendem como *“sindicalismo com propostas de defesa dos trabalhadores, democrático e plural”* porque, permitam-lhe a frontalidade, não sabe se se referem, por exemplo, ao sindicalismo praticado na UGT, em que o líder da UGT diz que é nomeado para a UGT, ou apresentado como candidato, porque o Ricardo Salgado assim lhe pediu, e acha que isso é legítimo, ele assumiu e dá-lhe os parabéns por o ter assumido, ou se é aquele sindicalismo em que a direção de uma grande empresa nomeia um membro da comissão de trabalhadores.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Manuel Graúdo

Disse que apenas gostava de saber, porque não tem essa perceção, quando se diz o *“1º de Maio, voltará a ser um dia de luta”*, qual foi o interregno que houve durante estes anos para nunca ter sido um dia de luta.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a saudação a votação.

Srª Filomena Ventura do PS

Interrompeu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para o questionar relativamente à defesa das perguntas e disse que, uma vez que a bancada do Partido Socialista propôs uma saudação e foi interpelada por dois elementos da bancada da CDU, sinceramente, estava à espera que lhes passasse a palavra para clarificarem mas, como o Sr. Presidente é quem dirige os trabalhos, democraticamente, fará o que bem entender, ou não.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que, naturalmente, estava à espera que indicassem essa intenção e que, uma vez que há essa intenção, estão a tempo, pelo que passou a palavra à bancada do PS.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Para clarificar o que é um *"sindicalismo com propostas de defesa dos trabalhadores, democrático e plural"*, lembrou aqui o exemplo prático da luta dos professores quando, entre os sindicatos afetos à UGT, afetos à CGTP e sindicatos independentes, procuraram aquilo que os unia e não aquilo que os separava, e só assim é que conseguiram, enquanto sindicatos e plataforma sindical, fazer uma manifestação com cem mil professores e cento e vinte mil professores contra, quer a avaliação, quer o ataque ao estatuto da carreira docente, que mais tarde veio a ser publicado.

Por outro lado, lembrou também, ainda recentemente, a junção de todos os sindicatos dos elementos da PSP, desde os oficiais até aos agentes, e os diferentes sindicatos, na defesa dos seus direitos.

Quanto à última questão de que o *"1º de Maio, voltará a ser um dia de luta na defesa dos direitos laborais"* disse que ainda bem que vai voltar *"a ser um dia de luta na defesa dos direitos laborais"* porque é sinal que vivemos em democracia, porque é sinal que podemos defender os nossos direitos, é sinal que podemos também defender aquilo que já hoje aqui votaram que é a não caducidade dos contratos e a contratação coletiva, ainda bem que vai voltar *"a ser um dia de luta"*.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Prestados os devidos esclarecimentos submeteu a saudação a votação.

Sr. Luis Morgado do BE

Interrompeu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal porque esta intervenção lhe suscitou também a necessidade de intervir.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que suscitou a necessidade do Sr. Luis Morgado e, antes da do Sr. Luis Morgado, a de outros, mas durante a primeira intervenção foi dada a palavra a todos os membros e depois foi prestado o esclarecimento que foi solicitado e entende que, de facto, é altura de passarem à votação.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que não consegue ter esse cálculo de inteligência e que as coisas surgem.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com doze votos a favor, sendo oito do PS, dois do BE, dois do PSD; dezanove abstenções da CDU.

Declaração de Voto do Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

"É muito simples. Eu abstive-me porque as perguntas que coloquei não tiveram resposta, apesar de termos aqui uma intervenção até muito longa, foi uma intervenção que fugiu às perguntas e não deu uma resposta, por isso é que me abstive."

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

“À luta da população da Baixa da Banheira por melhores serviços públicos de saúde

A Baixa da Banheira é uma terra relativamente recente. Desenvolveu-se no século XX recebendo pessoas de todo o país e em especial do Alentejo, Algarve e Beiras. Pessoas que procuravam uma vida melhor, emprego e que nesta região encontravam inúmeras atividades a necessitar de mão-de-obra, na cortiça, no têxtil, no caminho-de-ferro, na metalomecânica, nos adubos, nos químicos, na indústria naval.

Desde cedo e porque pouco havia a população sempre se uniu e desenvolveu projetos. Assim se explica o forte movimento associativo desta terra, responsável pela maioria das atividades que ainda hoje se realizam no território.

Os serviços públicos até meados da Revolução de Abril consistiam na Escola, nas forças de autoridade e em autarquias que não funcionavam democraticamente.

Esta população trabalhadora sentia que merecia mais e juntou-se para exigir serviços de saúde, abastecimento de água, esgotos, iluminação pública, entre outras melhorias, afinal tanto davam ao país e o país pouco lhe dava em troca. De situações temporárias e precárias chegámos aos dias de hoje onde um centro de saúde instalado num prédio de habitação e com meios desadequados não garante um serviço público de qualidade e por isso está em desconformidade com o que a Constituição da República Portuguesa estabelece, saúde para todos e de forma universal.

A população luta há mais de 30 anos por melhores serviços de saúde. Hoje, com a pressão de quase todos os partidos eleitos desta Assembleia Municipal, com um protocolo assinado entre a Câmara Municipal da Moita e a ARS-LVT, onde a autarquia vai mais além o que a sua competência e onde o governo atendeu a esta necessidade, fruto de um novo tempo político no nosso país, onde a correlação de forças na Assembleia da República permite a recuperação de direitos e rendimentos e onde o caminho do empobrecimento e do ataque aos serviços parou, podemos acreditar que uma das mais longas lutas de uma população no nosso país está a dar frutos.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 21 de Abril de 2017, saúda a população da Baixa da Banheira por não desistir de lutar pelos seus direitos constitucionais, de forma organizada e participativa e considera o seu exemplo e o seu trabalho como essenciais ao desenvolvimento da nossa terra.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido da Sr^a Filomena Ventura do PS, e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir assinalasse a sua intenção.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que a bancada do Partido Socialista tinha uma proposta, uma ligeira proposta de alteração, a fazer ao 4º parágrafo da primeira página desta saudação que diz o seguinte: “*A população luta há mais de 30 anos por melhores serviços de saúde. Hoje, ...*” e aqui sugerem a seguinte alteração: “(…), com a pressão de quase todos os partidos desta Assembleia Municipal, com um protocolo assinado entre a Câmara Municipal da Moita e a ARS-LVT,…”.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que, com ou sem esta proposta aceite pelos proponentes, se regozija de ir votar um texto destes, que está bem elaborado, está por medida, é um dos tais que ainda há pouco, noutra intervenção, referia. Por vezes, os temas, os assuntos, as questões, obrigam a que assim seja. É este o estilo. Gostou muito do que aqui está e também aceitava com a alteração proposta pela Filomena.

De qualquer das formas, de uma forma ou de outra, irão votar a favor.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Questionou o proponente relativamente à proposta de alteração.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que havia aqui alguma intermitência nesta pressão mas pensa que deve merecer a concordância da bancada da CDU, e disse também que nem todos tiveram esta postura e nem sempre tiveram a mesma postura, o que se valoriza hoje, e por isso vão aceitar, porque devem também tentar respeitar aqui o espírito democrático.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Confirmou então que o texto final proposto era: “Hoje, com a pressão de quase todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal, com um protocolo assinado entre a Câmara Municipal da Moita...”.

Srª Filomena Ventura do PS

Pedi ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que lhe permitisse sugerir que em vez de ser “com assento”, uma vez que estão a celebrar os quarenta anos do poder local e tiveram aqui saudações ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, fosse “de quase todos os partidos cujos eleitos integram a Assembleia Municipal”, porque lhe parece que no “assento” há nomeação. Sabe que é um preciosismo, mas a democracia tem que ser sempre defendida.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que, portanto, não estão sentados, estão de pé. São “pormenores”, porque os “pormaiiores” são mais importantes.

Concluindo, o texto final ficou: “quase todos os partidos dos eleitos nesta Assembleia Municipal”.

Com esta proposta de alteração aceite submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE; uma abstenção do PSD (em cujo texto inicialmente transcrito já consta a alteração aceite).

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Saudação**:

Sr. João Figueiredo da CDU

“Ao 25 de Abril

Abril chega todos os anos, e com ele os discursos e evocações, sendo uns mais sentidos, outros de circunstância.

Numa época em que a informação chega massivamente ao povo como uma arma ideológica de desinformação, não baseada em factos históricos verificáveis mas formando um véu tanto sobre o passado como o presente, tentando dessa forma justificar um futuro menos democrático, a evocação da Revolução iniciada a 25 de Abril não pode deixar de fora aqueles que a fizeram, a viveram e consolidaram. Não cabendo a este momento uma revisitação exaustiva, ficam algumas referências que apesar de algo dispersas, formam um conjunto coerente e elucidativo da Revolução que saudamos e defendemos.

Numa entrevista concedida em 1985, Melo Antunes afirma que num primeiro momento a mudança do regime fora a “expressão ainda não articulada em termos políticos rigorosos mas já presente nos espíritos, (...) de que a emancipação dos povos submetidos à dominação colonial era a condição primeira da própria emancipação do povo português. Era a manifestação clara da consciência de que o fascismo e o colonialismo constituíam os dois pilares fundamentais do regime deposto, que um não era possível sem o outro, que ambos se completavam, formando um sistema político coerente”. “(...) A maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução. Era um golpe de estado contra o governo. No dia seguinte, para surpresa de muitos, tinha sido um acto revolucionário que derrubava o regime. É a participação entusiástica das massas populares que converte o golpe em revolução. E a revolução implica uma dinâmica inexorável de transformação política

que faz transbordar dos seus limites as previsões mais cuidadas, os cálculos mais frios, os esquemas mais rigorosamente definidos."

"A Revolução do 25 de Abril não se esgotou na acção militar, organizada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, de derrube do regime ditatorial e deposição dos seus chefes." afirma Mota Amaral em 1998. "A pulsão libertadora do acto revolucionário, como um vendaval impetuoso, percorreu o País de lés a lés: aboliu logo a censura à imprensa; franqueou as grades da prisão aos presos políticos; trouxe o povo para a rua em grandiosas e espontâneas manifestações de júbilo e reivindicação; abriu caminho à organização dos partidos políticos e dos sindicatos, tudo culminando (..) nas primeiras eleições de sufrágio realmente livre e universal, na nossa História de mais de oito séculos."

"O Estado (saído da revolução) não é uma abstracção. O Estado não é neutro" (...), afirma Manuel Alegre em 1978. "O dever de todos os democratas, qualquer que seja o campo ideológico ou partidário em que se situem, é o de lutarem para que esse projecto (de construção da democracia) se enraíze na consciência dos cidadãos e se traduza nos factos da vida política.

Alguns esqueceram já o tempo do medo e da mordaza.

Alguns esqueceram já o tempo das salas de tortura, dos tribunais plenários, das medidas de segurança, que transformavam as sentenças em prisão perpétua.

Alguns esqueceram já o tempo em que era proibido fazer greve, reunir, falar, escrever, manifestar, o tempo em que era perigoso discordar e, mais ainda, reagir.

Alguns esqueceram já o tempo em que o povo tinha só o direito de ser oprimido, de calar e obedecer, o tempo em que as eleições eram uma farsa e ser da oposição um crime.

Alguns esqueceram já o tempo das prisões e do exílio, o tempo ignominioso do Tarrafal.

Mas há aqui, nesta Assembleia, quem não tenha esquecido".

Mas como apontou José Vitoriano em 1978, velho resistente antifascista e militante do PCP, com 17 anos dessa resistência passados na prisão, a "celebração de Abril é a um tempo a condenação do regime fascista e a saudação, o apoio e o compromisso dos novos rumos traçados pela Revolução.

Abril opõe-se à opressão, ao esmagamento das liberdades, à limitação dos direitos fundamentais, à marginalização dos cidadãos da vida política.

Abril opõe-se à guerra e à violência, ao colonialismo, à opressão sobre outros povos, ao sacrifício do País, dos interesses nacionais e da juventude portuguesa a inconfessáveis interesses do estrangeiro e de minorias privilegiadas.

Opõe-se ao obscurantismo, ao segregacionismo cultural, ao elitismo, ao ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande massa da população.

Opõe-se à miséria e à fome, às degradantes condições de vida, de saúde e de habitação, aos baixos salários, ao abandono da terceira idade, das mães, dos jovens, das crianças, dos diminuídos, dos sinistrados.

Opõe-se aos privilégios económicos e à subordinação dos interesses da Nação e da grande massa do povo português aos interesses mesquinhos de uma minoria de grandes proprietários e monopolistas, à alienação do interesse nacional aos interesses do imperialismo e às suas imposições despóticas.

A «revolução dos cravos» é a revolução da liberdade, da solidariedade, da paz e do futuro".

Viva o 25 de Abril!"

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Sr. Luis Morgado do BE, e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir assinalasse a sua intenção.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que gostava do texto, das suas referências históricas e que, a da relação a Melo Antunes, o fez lembrar um livro que leu e estudou, o "Rumo à Vitória", sobre a questão do colonialismo.

Sobre isto, disse que estava na Guiné à altura do 25 de Abril e que a Guiné, que é mais pequenina que o Alentejo, tinha oitenta mil militares dos cento e setenta mil que estavam nas três colónias principais, e aquela era a mais pequenina, e recorda-se que, em março, antes do 25 de Abril, um militar que era um dos responsáveis da organização clandestina do PCP, Barros de Moura, já falecido, convenceu uma companhia de açorianos a entregar Gadamael. Claro que foram todos considerados traidores, mas eles lá seguiram, e foi o primeiro sintoma de um movimento que existiu na Guiné.

Por essa altura, uma vez até foi lá o amigo Chula visitá-lo, que está aqui nesta Assembleia, e havia uma festa organizada, numa estrutura em que era presidente, e recitaram Maiakovski transformando o poema, tudo é sagrado, a dada altura do poema, tudo é sagrado, "sagrada a libertação de Nova Iorque", mas por lá "sagrada a libertação de Gadamael", que tinha sido há três dias atrás, "sagrado o sexo e o olho do cú dos bisavós do novo estado de Bisalanka", foi exatamente assim a transformação do poema de Maiakovski que foi lá recitado. É claro que isto equívaleu, era comandante Lemos Ferreira, a um valente e grande "trinta e um" e, às tantas, ele como comandante, deixou que o próprio, e outro, fossem inquiridos pela PIDE em Guiné-Bissau.

O 25 de Abril, mesmo lá, muito antes disto, foi um movimento de grupos. A decepção, em 1972, manifestou-se de uma forma incrível, havia militares, entre eles Vieira Pinto, um brigadeiro que veio para cá preso, gente da academia que depois do colapso e das tentativas de Spínola de resolver aquilo, em confronto e em contacto com o PAIGC, e de uma forma pacífica, exatamente, depois dessegurado pelo regime de Caetano, eles, às tantas, consideraram aquilo uma oportunidade perdida e chegaram a congeminar a hipótese de plano e assaltar a metrópole a partir da Guiné, vejam bem onde é que isto andou.

Possui documentos e resenhas destas, logo existiam muitos grupos, muitos grupos, muitas vontades, muitas influências, até à altura em que surgiu o movimento dos capitães, mas o movimento dos capitães deve-se muito à situação que se vivia na Guiné.

As Forças Armadas Portuguesas eram, objetivamente, humilhadas ali naquela circunstância, só os helicópteros é que voavam em voo rasante, a gastar o combustível porque nenhum outro avião conseguia já voar.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito da CDU, seis do PS, dois do BE, um do PSD.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido da Sr^a Filomena Ventura do PS, e que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir neste período assinalasse a sua intenção.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Leu uma declaração política, pela bancada do PS, conforme transcrição infra:

"A bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal recebeu, finalmente, no dia doze, o documento solicitado ao abrigo do Estatuto da Oposição no ano passado, em trinta de setembro, o estudo de opinião/sondagem realizado telefonicamente pela empresa Consulmark.

Reafirmamos que aguardar por uma resposta meio ano é antidemocrático, é um desrespeito perante esta Assembleia Municipal, é uma atitude de menorização perante as competências de fiscalização dos atos do executivo camarário.

Consideramos que esperar meio ano por documentos solicitados ao abrigo do Estatuto da Oposição é fazer tábua-rasa da essência do exercício do poder local, do exercício da democracia e da transparência que se exige a todos os eleitos.

Consideramos ainda não bastar falar de democracia, não chega gritar liberdade, temos cada vez mais de exigir a coerência entre as frases ouvidas e as ações praticadas.

Meio ano à espera de uma resposta solicitada ao abrigo do Estatuto de Oposição, repetimos, é fazer tábua-rasa da essência do exercício do poder local, do exercício da democracia e da transparência que se exige a todos os eleitos.

Lamentamos.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção passou ao período da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Relatório e Contas do ano de 2016

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três votos contra e uma abstenção, em reunião da Câmara Municipal realizada em 05/04/2017:

“Em conformidade com o estabelecido na alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2016, pelo que se submete os mesmos a apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Começou por solicitar que fosse distribuído um documento, que já veio depois de ser enviada a convocatória para a sessão, documento esse que é a certificação legal de contas, uma vez que está ligeiramente diferente do anterior, por estar mais completo, e que será o que passará a constar do Relatório e Contas que hoje vão votar.

Perguntou então ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que tinha algumas notas, necessariamente breves, porque o documento é bastante extenso e explícito, por forma a dispensar uma longa explicação.

Começando pelos números, disse que, como é visível, o município teve um exercício que foi muito semelhante ao do ano anterior, revelando uma estabilidade nas nossas contas, nas nossas receitas que, naturalmente, pode ser encarada de dois prismas, por um lado, existir uma estabilidade é bom, permite-lhes confiança nas previsões que fazem e na execução, por outro lado, naturalmente, gostariam de ter um acréscimo de receitas, gostariam de ter mais meios para poderem realizar mais ações e responderem melhor às necessidades, gostariam que a Lei das Finanças Locais fosse, finalmente, cumprida, ao fim de todos estes anos em que nunca o é, gostariam que o Fundo de Apoio Municipal, o famigerado FAM, tivesse já sido extinto e tivessem sido devolvidos ao município da Moita os oitocentos mil euros que, só até agora, já lá foram, forçadamente, colocados, gostariam que compromissos e reivindicações há muito apresentadas pelas autarquias como, por exemplo, a diminuição do IVA da iluminação pública, que paga o mesmo IVA que qualquer bem de luxo no nosso país, ou das refeições escolares, ou de outros bens e serviços adquiridos pelas autarquias fosse reduzido porque tudo isto, só por si, contribuiria para um acréscimo bastante significativo da capacidade financeira do município, mas assim não aconteceu e continuarão a lutar para que venha a acontecer.

Voltando aos números disse que estão a falar, do ponto de vista da receita, de uma execução, em termos percentuais e em relação ao orçamentado, de noventa e oito por cento na receita corrente e de cinquenta e cinco por cento na receita de capital, portanto, um total de noventa e seis por cento, o que também atesta que a nossa elaboração orçamental é rigorosa e é, de facto, aderente à realidade e não tem desvios significativos.

Na evolução das receitas o que há de mais assinalável é uma diminuição do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma diminuição da receita, naturalmente, havia uma diminuição esperada, por via da diminuição da taxa, que neste ano ocorreu, mas a diminuição que, efetivamente, se veio a verificar foi superior àquela que estava estimada pela aplicação direta da aplicação da taxa, o que tem uma justificação, aliás, isso foi objeto de notícias durante esta semana, porque tem havido um processo de baixa do valor patrimonial registado nas finanças, um processo generalizado no país, que conduziu a uma diminuição generalizada da receita do IMI que, no nosso caso, também se traduziu numa diminuição na ordem dos trezentos e sessenta e dois mil euros.

Tiveram, por outro lado, e também é outro dado que gostaria de assinalar, uma primeira entrada de fundos comunitários, provenientes de candidaturas já aprovadas, que foi ainda bastante escassa mas que, no entanto, começaram a ser recebidas nos últimos dois meses do ano algumas das verbas que estão já aprovadas e que se traduziu numa arrecadação de duzentos e cinquenta e cinco mil euros, em números redondos.

Do ponto de vista da despesa disse que gostaria de assinalar que aquilo que há de mais notável no exercício de 2016 é o facto de, apesar dos constrangimentos, apesar da limitação de meios que têm, conseguiram diminuir a despesa corrente, conseguiram aumentar a despesa de capital, conseguiram aumentar o investimento, e o investimento aumentou mais de um milhão de euros no ano de 2016, conseguiram fazer tudo isto mantendo uma gestão equilibrada e rigorosa, quer isto dizer que cumpriram os compromissos, quer de curto quer de longo prazo, estão a cumprir, do ponto de vista dos pagamentos, os prazos legais, portanto, desse ponto de vista, estão perfeitamente estabilizados.

Do ponto de vista dos empréstimos de longo prazo estão a amortizar, estão a fazê-lo dentro dos prazos previstos, ao ritmo que foi determinado aquando da contratação desses mesmos empréstimos, e há que assinalar que, neste momento, a dívida de longo prazo do município é já de onze milhões de euros e que estará integralmente saldada em 2020.

Menos numérico, mas para ilustrar aquilo que referiu relativamente ao reforço do investimento e à ação que a Câmara Municipal desenvolveu neste ano, disse que gostava de destacar alguns dos investimentos principais que foram realizados, alguns importantes pelo montante, outros importantes não tanto pelo montante mas pelo que significaram de melhoria para as populações e para as zonas onde foram concretizados. Fala, naturalmente, da conclusão das obras de saneamento no Cabeço Verde e no Penteadó, obras de saneamento, de remodelação de rede de águas e de construção de arruamentos que foram feitas em simultâneo, fala da conclusão da obra de ampliação da escola básica do Bairro Gouveia, fala da remodelação dos serviços de atendimento do município, não só daquilo que ela significou em termos de modernização administrativa, de processos novos modernizados internamente, como daquilo que ela significou de melhoria das condições de trabalho e de atendimento, com a abertura da rede de balcões do município, fala da conclusão da Quinta do Mião, projeto intermunicipal entre as câmaras da Moita e do Barreiro que está em funcionamento, como é sabido, fala de uma importante intervenção, que foi a primeira de outras que se seguirão, de substituição da cobertura e do telheiro na escola básica da Moita, conhecida por escola do Palheiro, para além de diversas outras obras de beneficiação em diversas escolas, fala da continuação do investimento significativo e importante que o município tem estado a fazer na renovação das piscinas do Parque José Afonso, para além de diversas obras de beneficiação no próprio parque que estão a ocorrer, que ocorreram o ano passado e que continuam a ocorrer neste momento, fala da replantação, depois de vários anos de ter sido retirado, do parque infantil na Praceta dos Metalúrgicos, que é o Parque dos Proletas, na Baixa da Banheira, fala da continuação do programa de asfaltamentos, que, como também já aqui referiu várias vezes, nos anos mais duros não tiveram capacidade financeira para fazer qualquer asfaltamento novo e estão a recuperar esse atraso, estão a fazê-lo em todas as freguesias e irão, naturalmente, continuar porque ainda há muito por fazer.

Tem também que destacar a requalificação do espaço a tardoz da envolvente à Praça de Touros, também uma obra há muito ansiada pelos moradores daquela zona e que está concluída, fala do rebaixamento dos lances nas passadeiras que foi feito em todo o concelho e que veio tornar melhores as condições de acessibilidade e de mobilidade da nossa população, e particularmente daqueles que têm dificuldades nessa área, fala das obras que decorrem, e que estão prestes a estar concluídas, que se iniciaram o ano

passado de renovação do polidesportivo da Avenida Almada Negreiros e da zona envolvente ao mesmo, ligadas, aliás, à alteração da entrada da escola secundária da Baixa da Banheira que também vai ocorrer, que é uma obra bastante importante e significativa, pelo impacto que tem e também por ser bastante ansiada naquela freguesia.

Naturalmente, muito mais do que obras, a ação do município da Moita traduz-se em tudo aquilo que é a sua atividade quotidiana, a atividade diária, dos serviços urbanos que presta, dos equipamentos culturais e desportivos que possui, e o relatório dá também conta disso, dá alguns números, os números dos milhares de frequentadores que têm nos nossos equipamentos desportivos, nas nossas bibliotecas, para além, naturalmente, do trabalho diário, como referiu, dos nossos serviços urbanos e dos nossos serviços municipais.

Mais disse, e daqui a pouco noutra proposta terão oportunidade de falar mais sobre isto, que quando se avalia e quando se faz o balanço de um ano de trabalho de uma autarquia não se pode deixar de referir, o muito que nos afeta, o quão grave é a perda de pessoal a que foram forçados ao longo destes anos, a diminuição de um número significativo de trabalhadores desta Câmara e, aliás, de todas, e como isso afeta os nossos serviços, afeta a nossa capacidade.

Têm investido na renovação, também, do nosso equipamento mecânico, têm equipamentos renovados, têm estado a apostar nisso, como forma, não só de melhorar a prestação de serviços, mas também, de alguma forma e nalguns setores, de compensar a redução de pessoal mas, objetivamente, há coisas que só as pessoas podem fazer, as pessoas não são substituíveis por máquinas e a nossa capacidade de resposta atempada está diminuída, está enfraquecida por estas políticas irracionais de diminuição de pessoal.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido da Sr^a Filomena Ventura do PS, e que agradecia que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir neste período assinalasse a sua intenção.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr^a Filomena Ventura do PS

Atendendo a que foi agora distribuído um documento que, pelos vistos, saiu ontem da Câmara Municipal e que deve ter sido, obviamente, entregue hoje ou ontem ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Moita, tendo a sessão de Câmara sido realizada no dia cinco de abril para aprovação do Relatório e Contas, havendo um despacho sobre os requisitos legais do Relatório e Contas datado de vinte e quatro de março, havendo um despacho datado de treze de abril dos serviços do DARH, posterior à sessão de Câmara que foi no dia cinco de abril, e estando hoje aqui a receber este documento, a sua pergunta é se não podia ser mais célere por forma a que os vereadores, quando votassem o Relatório e Contas, tivessem já na sua posse um parecer emitido no dia vinte e quatro de março.

Sr. Luis Morgado do BE

Sobre o Relatório e Contas, disse que em relação às contas não ousa, mas isso sinceramente, não ousa sequer duvidar ou pôr em causa, e seria grave se o fizesse, nem isso lhe passa pela cabeça, aliás, honra-o a lisura com que tudo isto está apresentado, e conforme a lei, acredita que no parecer existiam algumas *nuances* que resolveram interpretar e avaliar de outra forma, e daí este novo texto que agora se recebeu, o que não o altera muito porque não foi essa a leitura que fez, a leitura antes do parecer, que fez aos números, a tudo isto e ao Relatório, é que interessa.

Ora, durante o decorrer deste ano, houve muita coisa que o Sr. Presidente disse, que aqui relatou e que, de facto, mereceram o nosso regozijo, nalguns casos, até só o seu, por várias realizações que se concretizaram, apesar de tudo.

Um outro aspeto também é o serviço da dívida, que tem sido de tal forma que coloca o nosso município em condições e a entrar numa capacidade de endividamento para posteriores projetos, caso outros apoios aí surjam, e para concorrer com eles.

Tudo isto está bem, só que há outras *nuanças*, que são a participação política, a intervenção, a forma como se executou o poder que executou isto, a fórmula e o estilo que se adotou para se chegar aqui a estes resultados.

Não sendo grave, e longe de si, porque também não seria democrata, pôr em causa a maioria absoluta, porque ela é instrumento intrínseco da democracia, já o absolutismo não o é, logo, aqui é que se afasta um bocado da possibilidade de votar a favor, em contas e no relatório, que tem realizações que até, nalguns casos, como disse, se regozijou e aqui anunciou, e há atas que o transcrevem, porque a questão que se põe é que o processo e o estilo adotado, quer se queira quer não, afasta, inevitavelmente, para um espaço de ignorância, os vereadores e os demais que são da oposição, de tal forma que ficam distantes de poder ponderar, aqui ou ali, uma ou outra prioridade, ou da hipótese até de propor, mas propor de uma forma credível.

Se fosse assim, porque a distância é grande, tendo em conta a fórmula por que, aqui neste caso, concretamente na Moita, a CDU optou, ou seja, há vereadores eleitos e há alguns que, exatamente, não contam para nada, e esse facto claro que, se deixa os vereadores, também o deixou a si empobrecido, que nunca foi capaz de fazer uma proposta e, as poucas que fez, no primeiro mandato que aqui esteve, foi logo ridicularizado à primeira, até fizeram anedota., logo, aquele nível de ponderação, de informação, de partilha de ideias, ficou logo boicotado e fica boicotado, e isto não é fruto da democracia, nem sequer da maioria absoluta, é fruto de uma fórmula de exercício do poder, e isto não é uma opinião sua, é um facto, porque, exatamente, o poder exerce-se e tem-se exercido assim, e isso são factos não são opiniões.

Sr^a Dulce Marques do PS

Relativamente ao Relatório e Contas disse que é facto que é um documento muito importante, revela a atividade e o desempenho de uma câmara, desta Câmara, e no contexto em que foi desenvolvido, no fundo, coloca à disposição dos munícipes toda a informação, deveria colocar à consideração dos munícipes toda a informação e estratégias deste município.

Agora, o que acontece é que, realmente, como foi aqui referido pelo Bloco de Esquerda, efetivamente, há aqui um elencar muito minucioso de todas as atividades, aliás, é um texto, um documento que se lê facilmente, tendo em conta até o próprio tamanho, que dificulta um bocadinho, mas compreende-se perfeitamente que seja complicado elaborar um documento destes em que, ou se é acusado por escrever muito, ou se é acusado por não escrever tudo, portanto isto compreende.

Leu, com alguma lisura, com alguma facilidade, o documento e a sua conclusão, e fala em nome da bancada do PS, é que esta Câmara se limitou à prática de atos individuais, ou seja, têm a Quinta do Mião, têm uma série de atividades, têm desportivas, e ao ler este documento, a própria e a bancada do PS, não conseguiram descobrir aqui uma das situações, digamos assim, que deviam resultar deste documento, não conseguiram descobrir aqui estratégia transversais a toda a população, ou seja, têm aqui uma série enorme de atos individualizados, importantes ou não para determinado tipo de população, e a própria, por exemplo, dá muita importância à Quinta do Mião e acompanha, com alguma atenção, todas as notícias que vão surgindo, mas a verdade é que não consegue descobrir aqui essa tal estratégia transversal que deveria resultar deste documento.

Além disso, a verdade é que, na maior parte destes atos individuais, das opções da Câmara, não se revêm neles, ou seja, se fossem eles as opções seria outras.

Sr. João Faim da CDU

Disse que iria ler uma declaração política da posição da CDU, na Assembleia Municipal, sobre o Relatório e Contas do Município, relativamente ao ano de 2016, mas pediu que lhe permitissem fazer uma referência em relação aquilo que aqui foi dito na última intervenção, porque o documento Relatório e Contas reflete aquilo que, no essencial, foi feito, e que foi dito no pormenor, até por mais do que um interveniente, e porque é um documento de trabalho mas não é um documento para delinear estratégias, é um documento que apresenta o trabalho que foi feito e os caminhos que foram seguidos.

Há documentos estratégicos que são tidos em conta em votação do próprio município, documentos de várias ordens, quer ao nível da área de urbanismo, quer ao nível das atividades económicas, documentos que até são, por vezes, planos de pormenor, mas esses sim são os documentos estratégicos do município em que um dos quais de que todos falam é, exatamente, o Plano Diretor Municipal, portanto, a estratégia do município, e ela está patente, está publicada, existe, e só não vê quem não quer, está, exatamente, nesses documentos.

Dito isto, passou à leitura da posição política da CDU, conforme transcrição infra:

“As contas do Município da Moita relativas ao exercício de 2016 refletem o rigor e a competência da gestão CDU ao serviço da população, no rigoroso cumprimento dos compromissos do mandato autárquico.

Estas pautam-se por um elevado grau de execução orçamental, pela estabilidade das receitas, por uma redução das despesas correntes em cerca de 3,6%, em relação ao ano transato, pela continuidade dos investimentos efetuados nos anos anteriores, com o acréscimo das despesas de capital em 19,4%, traduzindo-se num aumento significativo do investimento em infraestruturas e equipamentos coletivos em 41,5%, ou seja em mais de 1,2 milhões de euros.

Refletem também a capacidade do Município no recurso aos fundos comunitários, do designado “Portugal 2020”, os quais com um atraso significativo do governo na aprovação das candidaturas, só agora começam a ser desbloqueados, mas também demonstram em simultâneo, que a dívida de empréstimos de médio e longo prazo, anteriormente contraídos para a comparticipação do Município nos investimentos dos anteriores quadros comunitários, continuam a ser amortizados, tendo a mesma decrescido em mais de 2,5 milhões de euros neste ano.

Comprovando também a justeza e o realismo da posição da CDU na votação do orçamento e também na redução do valor do IMI para 2016 em 2,5%, verifica-se que o Município abdicou em mais de 420 mil euros em receita do imposto municipal de transações (IMT) e em mais de 360 mil euros de receita de taxas de IMI, beneficiando as famílias na justa medida, sem contudo, comprometer a sustentabilidade das finanças municipais, sendo de assinalar que estas receitas municipais são as mais baixas dos últimos anos.

No exercício do ano de 2016, o município da Moita continuou a sofrer com o incumprimento da Lei das Finanças Locais e pelos reflexos de um contexto de crise económica e financeira, socialmente muito difícil para as famílias, para a população em geral e também para as autarquias, fruto medidas antissociais, resultantes do pacto de agressão da troika e de opções erradas, de sucessivos governos com políticas antipatrióticas e de direita e que ainda não foram ultrapassadas no atual contexto governativo.

Destaque ainda para a grande dificuldade, resultante da imposição de anteriores Orçamentos de Estado e, que o do atual governo não consegue ultrapassar, relativamente à redução do número de trabalhadores e a novas contratações, na administração pública e nas autarquias em particular, o que significou a redução de cerca de uma centena de trabalhadores no Município nos últimos cinco anos, afetando de forma dramática muitos setores, principalmente nas áreas operacionais, o que só com um grande mérito, esforço e dedicação dos trabalhadores, torna possível assegurar a prestação de um serviço público de qualidade à nossa população.

Esta situação acarreta o aumento da média etária dos trabalhadores da autarquia, significando o não rejuvenescimento da organização e o risco de perda de um legado, de saber e experiência adquiridos ao longo de anos, bem como a sobrecarga de mais tarefas para os trabalhadores disponíveis, de modo a fazer face ao exigente serviço público e aos crescentes desafios que se impõem às autarquias e dão assim razão à luta dos trabalhadores, por carreiras dignas e melhores salários, que o atual governo não poderá deixar de corrigir.

Reiteramos o nosso público reconhecimento e agradecimento, aos trabalhadores do município, pelo seu esforço e empenho, os quais tornaram possível ao município cumprir as atividades e o plano traçados para o ano de 2016.

Apesar das dificuldades, a CM da Moita continuou este ano a efetuar investimentos de vulto no desenvolvimento económico e social do Concelho, como sejam exemplos a construção do novo edifício na escola EB nº 2 do Bairro Gouveia, as obras de novas fases da construção das redes de saneamento no Penteadó e no Cabeço Verde, o centro intermunicipal de recolha de animais errantes - Quinta do Mião, a nova rede de balcões de atendimento ao munícipe e a modernização administrativa dos serviços, os apoios financeiros, técnicos e logísticos ao movimento associativo e instituições, o fornecimento das refeições, os transportes escolares e o apoio a alunos carenciados e os protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesia.

A execução orçamental e as contas apresentadas, no respetivo documento já aprovado pelo executivo municipal, são rigorosas e estão em conformidade com as exigências legais e os princípios contabilísticos do POCAL, tal como atestado no parecer independente do Revisor Oficial de Contas. Tal facto, a par do muito que foi feito, demonstra bem o rigor, a competência e a transparência da gestão autárquica da CDU na Câmara Municipal da Moita, honrando os compromissos assumidos com a população do nosso Concelho.

Apesar das muitas dificuldades, ressalta à vista que a situação financeira do município continua no caminho da estabilidade, fruto da boa gestão do município, destacando-se então a redução do endividamento líquido e do endividamento a médio e a longo prazo, constatando-se que o Município da Moita não está em situação de desequilíbrio ou de rotura financeira.

A falta de investimento da administração central no Concelho da Moita, penalizou uma vez mais os interesses das populações. O governo, em matérias que são da sua responsabilidade direta, continua a faltar com investimentos cruciais para o nosso Concelho, como seja em áreas como a saúde, a educação ou a segurança, de que são exemplos o anunciado, mas mais um ano passou sem que fosse construído o centro de saúde da Baixa da Banheira, a construção do pavilhão desportivo na escola Fragata do Tejo, a resolução do problema que foi criado com anteriores promessas eleitoralistas do PS, com o abandono por parte do MAI do edifício antigo quartel dos Bombeiros e a necessária construção do quartel das forças de segurança na Moita.

Antes pelo contrário, em matérias que são da sua responsabilidade direta, o governo procura transferir mais competências e obrigações para as autarquias, sem que transitem para as mesmas os meios financeiros, técnicos e recursos humanos necessários.

Este documento corresponde assim a um retrato fiel e sério das contas do município e da principal atividade desenvolvida pelo Município da Moita ao serviço das populações, em prol da cidadania, do bem-estar social e da qualidade de vida, pelo que entendem os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal votar favoravelmente o documento Relatório e Contas de 2016, submetido a este órgão.”

Sr. João Figueiredo da CDU

Começou por dizer que não tinha pensado intervir mas, infelizmente, viu-se obrigado a voltar ao início desta sessão porque os termos que foram aqui utilizados, para classificar a atividade autárquica, a atividade deste executivo, e quando fala deste executivo fala de todos os vereadores, não são dignos desta Assembleia. Um membro desta Assembleia afirmar que não é capaz de propor não classifica a Assembleia, classifica-o a ele próprio e ao partido que representa, porque todos aqui, e não crê que exista aqui alguém com esse tipo de limitações, são capazes de fazer propostas e de discutir as propostas, portanto, afirmar que não é capaz de propor apenas classifica o próprio.

Isto, porque os eleitos, tanto na Assembleia como na Câmara, têm direitos, podem fazer ações, não estão sujeitos a outra limitação que não seja a vontade, a sua vontade e, portanto, podem, independentemente de qualquer ação que as outras forças partidárias tenham, e podem tanto os vereadores como os eleitos na Assembleia, e isso na prática, ou melhor, na realidade, porque isto sim é a realidade, foi aquilo que não se viu neste mandato, porque não viram os vereadores do PS nem os vereadores do Bloco a fazerem ações, não os viram, viram os vereadores da CDU.

É verdade que são os vereadores que têm pelouro e, portanto, têm pelouro têm ações, mas os vereadores que não têm pelouro também podem ter ação, e isto, reiterou, mais do que classificar a intervenção do executivo da CDU classifica os próprios.

Outra nota que quis dar em relação à questão da estratégia, e o seu camarada João Faim explicou brilhantemente o que é na prática, porque existem outros documentos que definem a estratégia do município que não o Relatório e Contas, foi para acrescentar que as ações que estão descritas neste Relatório são as ações que foram possíveis realizar nestas condições, porque se fossem as ações que estão na estratégia, de certeza que seriam muito mais e muito mais intensas.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que ouviu com muita atenção a declaração política lida pelo camarada Faim em nome da bancada da CDU mas que, nessa atenção, tinha uma dúvida, que agradecia que o Sr. Presidente envidasse esforços para ela ser esclarecida e que sabe que o fará.

Acabaram de receber, enquanto elementos da Assembleia Municipal, um documento de quatro folhas onde está o parecer das contas sobre o POCAL e a declaração política da CDU remete para a justificação do POCAL e da legalidade das contas, portanto, gostaria que o Sr. Presidente envidasse esforços para que a bancada da CDU a informe, a si e aos seus camaradas da oposição, como é que teve acesso a uma informação que só agora lhes chegou.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perante a pergunta questionou o Sr. João Faim se queria esclarecer para poderem, depois, passar aos esclarecimentos da Câmara.

Sr. João Faim da CDU

Disse que, de facto, a pergunta devia mesmo ser endereçada à bancada da CDU porque foi pela bancada da CDU que esta declaração política foi proferida e não pela Câmara Municipal, nem tão pouco pela Mesa da Assembleia, pelo que é a bancada que se vai pronunciar e que vai responder à questão que foi colocada.

Teve a oportunidade de comparar, e não sabe se outros membros da Assembleia o fizeram, a informação do Revisor Oficial de Contas que foi distribuída e que, até de forma resumida, diz onde é que foi feita a alteração e, essa alteração, exatamente, vem confirmar aquilo que já está patente em todo o relatório, e que foi até afirmado aqui, por vários membros desta Assembleia, de que não têm a menor dúvida do cumprimento legal das contas e de que são, efetivamente, cumpridas escrupulosamente todas as normas legais, e é nessa base, e na apreciação que fazem do Relatório que fazem essa afirmação.

Por ser injurioso fazer qualquer outra insinuação nesta Assembleia, pediu à Sr^a Filomena que se retratasse dessa insinuação injuriosa que aqui fez.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Prestado o esclarecimento, deu a palavra ao Presidente da Câmara para poder dar resposta à questão colocada.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Já várias vezes tem aqui dito que admite toda a espécie de dúvidas, todos têm dúvidas nas mais diversas situações, quando têm a arrogância de fazer afirmações sem sequer ter lido é que as coisas mudam um bocadinho de figura.

Se tivessem lido tinham visto que, nos documentos que foram previamente distribuídos e que foram aprovados pelo município, estava lá a certificação legal de contas.

Se tivessem lido viam que, no documento que foi agora enviado, é dito que no dia dez de abril, posteriormente à aprovação dos documentos de prestação de contas com a certificação legal de contas, o Revisor Oficial de Contas enviou ao município um novo formato da sua declaração, que tem uma informação a acompanhar que diz que o senhor Revisor Oficial de Contas pede, na medida em que a Ordem dos Revisores de Contas lhes enviou uma nova certificação legal das contas, que fosse substituída a anteriormente enviada, nomeadamente, nos parágrafos que dizem respeito à opinião e relatório, ou seja, houve um novo formato que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas entendeu dever ser seguido e o Revisor Oficial de Contas que trabalha para o município enviou novo, referindo, e aliás, basta comparar os dois para ver que, desde o primeiro momento em que receberam a ordem de trabalhos, tem o primeiro documento e tem agora o segundo, bastando compará-los, para ver que dizem a mesma coisa e que é apenas uma diferença de formato, portanto, é extraordinário como se fazem este tipo de afirmações sem procurarem primeiro informar-se.

Depois, sobre as questões disse que basicamente está tudo dito e que só queria acrescentar que se quiserem conhecer a orientação política que leva às ações que estão aqui podem consultar o programa eleitoral da CDU que foi sufragado pela população nas eleições de dois mil e treze, porque estão lá as razões políticas das ações que são tomadas e estão, evidentemente, porque não poderiam fazer outra coisa, a cumprir o programa eleitoral que apresentaram à população e que foi votado maioritariamente.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Prestados os devidos esclarecimentos submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com dezanove votos a favor da CDU; oito votos contra do PS; quatro abstenções, sendo duas do BE, duas do PSD.

Declaração de Voto do PS proferida pelo Sr. Luis Chula

“Foi-nos apresentado, para apreciação e votação, o Relatório de Contas do exercício de 2016 elaborado pelo executivo da Câmara Municipal da Moita.

Após análise do mesmo consideramos, em primeiro lugar, nada ter a opor em relação à formulação das contas que, para nós, mais não é que a representação contabilística do exercício do deve e haver desta autarquia e que, seguramente, estará correto.

Neste documento, aquilo em que tivemos de nos deter reside nas opções tomadas na gestão do concelho e que estão expressas no referido Relatório, opções essas que, continuamente, se mantêm na exclusiva esfera de decisão dos cinco membros do PCP-CDU do executivo camarário, uma vez que a maior parte das decisões são tomadas por esse grupo, nem todas descendo à análise, discussão e posterior votação com a oposição em reunião de Câmara.

Contudo, e quando tal aconteceu, porque os valores e a lei assim o obriga, encontraram voto favorável do Partido Socialista no apoio ao movimento associativo, às obras de saneamento básico do Penteadó e do Cabeço Verde, à ampliação da escola de ensino básico do Bairro Gouveia, da Quinta do Mião, por exemplo, porque são ações que vão ao encontro daquilo que o PS preconiza, como parte do desenvolvimento do concelho e contribuem para o bem-estar dos nossos munícipes.

Quanto ao resto, o que está em questão e que o documento reflete, é a gestão PCP-CDU da Moita, as suas opções e as suas prioridades, nas quais não se encontram sinais de evolução no referente aos índices de qualidade de vida que se verificam noutros concelhos e não vemos replicados no nosso.

É possível, através dos dados demonstrados, praticar uma outra política que tenha os interesses da população como primeira e exclusiva responsabilidade.

Por tal, o Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, votou contra o Relatório e Contas da Câmara Municipal da Moita referente ao exercício de 2016.”

2 – 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 05/04/2017:

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas decorrem da necessidade de incorporar, no orçamento de 2017, o saldo orçamental transitado da gerência anterior na importância €1.189.944 e também da receita extraordinária proveniente de juros de mora relativos ao imposto municipal sobre transações e imposto municipal sobre imóveis, nas importâncias de €47.218 e €473.033, respetivamente.

Sublinhe-se que em relação à incorporação da receita proveniente de juros de mora relativos a IMI e IMT, sob proposta da DGAL e despacho do Secretário de Estado das Autarquias Locais, foram os municípios autorizados a utilizar o mecanismo da revisão orçamental considerando que “(...) *face ao carácter de excecionalidade da questão em apreço, traduzida num excedente de receita não previsto aquando da elaboração do orçamento inicial par 2017, está justificada, a título excecional, a realização de uma revisão orçamental. Esta revisão visa a integração da referida receita e pode permitir a necessária adequação do lado da despesa.*”

Neste contexto, o exercício efetuado teve por princípio o reajustamento das dotações orçamentais, na medida em que algumas delas ficaram com dotações aquém das necessidades para o exercício orçamental de 2017, sendo necessário adequá-las, quer aos compromissos transitados, quer aos compromissos a assumir no presente ano económico.

Nesta medida, propõe-se a revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que esta proposta visa apenas introduzir no orçamento o saldo de gerência, que foi apurado do Relatório e Contas aprovado no ponto anterior, na ordem de um milhão cento e oitenta e nove mil euros, a que acrescem as verbas que foram comunicadas pela Autoridade Tributária, que estão pendentes de transferência para o município, relativas a juros de mora do IMI e do IMT, que são de quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e três mil euros, como está na proposta.

Mais disse que é a primeira vez que isto acontece, são verbas que estão pendentes da conclusão dos processos litigiosos que existem, portanto, dos atrasos, das moras, e não sabem se e quando, na totalidade, elas vão ser recebidas. Será durante o ano, como é evidente, porque se parte do princípio que os contribuintes devedores, mais cedo ou mais tarde, pagarão, mas são verbas que devem ser introduzidas no orçamento e ficam a aguardar o decorrer dos processos.

Do ponto de vista da introdução no orçamento, disse que não há criação de rubricas novas, há apenas uma revisão mais apurada das verbas necessárias nas rubricas já existentes, designadamente, em diversas rubricas de despesa corrente, nas que se referem às empresas multimunicipais, onde a definição de tarifas foi feita já no início deste ano e, só agora, depois do orçamento municipal ser aprovado, é que é possível fazer um cálculo mais exato das verbas que, previsivelmente, irão ser necessárias e há um reforço de diversas outras rubricas, não havendo alteração à estrutura ou às intenções, ou às ações e às obras planeadas, existe apenas um reforço num conjunto de rubricas.

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Sr. Carlos Albino do PS, e que agradecia que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir neste período assinalasse a sua intenção.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Carlos Albino do PS

Começou por referir que, como o Sr. Presidente referiu, é verdade que, neste caso, este ano estão a observar algo único que é essa verba excecional que foi obtida pelo município, resultante dos juros de mora do IMI e do IMTT.

Dito isto, perante as dificuldades que muitos munícipes da Moita diariamente enfrentam, a decisão do Partido Socialista foi clara, e tornou-a pública, de que a intenção era aplicar parte dessa verba e ajudar essas famílias, que durante estes anos passaram por maiores dificuldades e se encontravam em posição mais desfavorecida, ficando uma pequena parte dessa verba destinada ao apoio da escola secundária da Baixa da Banheira, aqui já referido, para que os estudantes, os alunos, pudessem ter melhores condições de prática desportiva, indo de encontro às necessidades da escola.

Isso não se verificou por parte da autarquia, não houve qualquer tipo de atenção a esses detalhes e optou-se por, recebendo uma verba adicional, fazer, pura e simplesmente, mais do mesmo e o mesmo, como está visto há vários anos, está longe de ser o suficiente ou o necessário para catapultar o concelho da Moita para outros patamares, para outras realidades.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que só pediu a palavra porque estão aqui uma noite inteira a ouvir falar em democracia, em participação, e depois assistem a estas intervenções de membros da bancada do Partido Socialista a dizer que a CDU há quarenta anos faz o mesmo, e que é “mais do mesmo”, e que “isto é uma miséria”, e que “isto não sei quê”, que é o que eles dizem, aliás, recordou que houve aqui pessoas afetas ao Partido Socialista que disseram que o concelho da Moita era a Roménia, que era isto e que era aquilo, e acha muito triste que pessoas que são eleitas para defender a sua terra tratem a sua terra assim, porque isto é tratar mal, porque a verdade é que, em quarenta anos, e em muitos anos de eleições, que estão agora também a celebrar, e porque disseram aqui que o 25 de Abril e a Constituição permitiram que houvesse democracia, o povo da Moita tem vindo a ser convidado para escolher projetos e nunca escolheu o projeto do PS, escolhe sempre “mais do mesmo”, mas “mais do mesmo” com mudanças evidentes.

O próprio é duma terra, e o Sr. Carlos Albino também é, onde o “mais do mesmo”, quando era miúdo e andava na escola do Vale da Amoreira e iam lá a alguns cafés, era barracas por todo o lado, é duma terra, a Baixa da Banheira, onde iam ao pé do rio e tinham lixo, tinham marinhas todas desordenadas que eram depósitos de lixo, agora têm um parque que é dos mais bonitos da Europa, o nosso parque é um dos mais bonitos da Europa, mas é que é mesmo, e é isto que faz a diferença entre a CDU e o PS, é por isso que fala assim, com consciência e com convicção, porque para si a sua terra é das melhores, a sua terra merece mais, e o PS, para denegrir a CDU, diz que a terra não presta e que é feia, pelo que pediu, com educação e com algum afeto, porque estas coisas têm que ter afeto, que os elementos do Partido Socialista tivessem algum cuidado, podem dizer as coisas de outra maneira, podem dizer “você têm umas opções que não são as nossas”, não digam mal da terra, mas quais indicadores, mas quais quê.

Disse que, mais uma vez, ia recordar, e pediu ao Sr. Presidente que não olhasse para si para não interromper, e que se ia restringir a metade da população deste concelho, quase, mas tem de ser dito as vezes que forem necessárias, porque este tipo de linguagem, que é agressiva, também tem que ser combatida, porque a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira são terras novas, e já não vai aos outros lados, mas são terras onde em 1920, por exemplo, havia uma ou duas casas. As pessoas vieram para cá à procura de trabalho e encontraram trabalho na fábrica, na CP, na Lisnave, na Setenave, onde quisessem, não vieram para cá para gerir grandes empresas, nem vieram para cá para gerir propriedades, eram trabalhadores, alguns trabalhadores com muito poucas qualificações porque, na altura, não se estudava, na altura, as crianças trabalhavam, portanto, aquele lado ali do concelho não é um lado de proprietários, não têm as suiniculturas, não têm vacarias muito grandes, não, foi gente que veio para cá porque teve que vir para cá para ganhar a vida, porque no Alentejo não conseguiam, nas Beiras não conseguiam, no Algarve não conseguiam.

E aquela gente, quando veio para cá, não tinha nada mas juntaram-se e, para terem desporto, para terem algum recreio, para poderem estar a conviver, tiveram que fazer as coletividades a pulso, muito a custo, muito a custo, não havia nada.

Nos anos cinquenta não havia esgotos, os esgotos eram a céu aberto, havia uma carrinha que vinha recolher os dejetos à porta, nos anos cinquenta, isto foi há pouco tempo, e nos anos sessenta, havia o Ti Bentinho que ia buscar água ao Lavradio para vender às pessoas da Baixa da Banheira, não havia sistema de abastecimento de água nem de esgotos, e isto há quarenta/cinquenta anos.

Deu-se o 25 de Abril e o povo da Moita, com “mais do mesmo” tem dado a vontade à CDU, e têm indicadores de abastecimento de água dos mais altos do país, e de tratamento de esgotos, têm um serviço público de qualidade, apesar de terem menos duzentos trabalhadores e da Lei das Finanças Locais não ser cumprida, e têm um investimento do Governo, nos últimos vinte anos, de muito pouco em comparação com outros concelhos que querem aqui comparar, comparem o investimento do Estado Central lá, tendo dado o exemplo do Montijo dizendo que tinha os dados mas que não os ia dar agora.

Portanto, quanto a si, o que gostava de ouvir era “precisamos de mais sim senhor” e acompanham o PS nessa preocupação, mas comparem a diferença de tratamento que os governos têm tido com este concelho. Porque é que no concelho da Moita os pavilhões que têm em escolas ou resultaram de grandes lutas, ou resultaram da intervenção direta da autarquia, quando noutros concelhos não é assim? Porque é que o Parque Escolar não contemplou o concelho da Moita com nada?

Há aqui perguntas que têm que fazer, portanto, o nosso concelho evoluiu bastante nos últimos quarenta anos e as pessoas não são burras, o povo não é burro, o povo vota e dá votações de cinquenta por cento, ou quase cinquenta por cento, à CDU porque confia na CDU, e acha que não se deve questionar o povo, apresentam-se projetos e devem-se questionar sim, e é isto que também gostava que o PS fizesse, que era que fizesse uma autocrítica.

Porque é que o PS tem vinte e tal por cento das votações no concelho da Moita? É porque a CDU é má? Não. Chega. Acha que devem, e está a ser amigo do PS, tratar da sua casa, apresentar propostas, trabalharem, mas não devem ser tão destrutivos porque estão a destruir a todos, porque, sinceramente, não gosta de ouvir “mais do mesmo”, “mais do mesmo” o quê? Que não têm esgotos a céu aberto e há quarenta anos tinham, que têm parques, que têm infraestruturas e, como o Sr. Presidente da Câmara falou há pouco, têm parques infantis, alguns dos quais reivindicados pelo PS à Câmara ainda há pouco tempo, e estão feitos.

Intervenções? Se querem mais intervenções? Querem. Não chega, é claro que não chega A Câmara faz coisas mal feitas? Faz, mas as outras também fazem. Agora dizer que é “mais do mesmo”, que “é tudo igual”, ou não conhecem o concelho, ou não gostam do concelho, e prefere acreditar que é porque não conhecem.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu a palavra ao Presidente da Câmara para poder prestar os esclarecimentos necessários.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse só ter uma breve nota em relação às propostas, chamemos-lhe assim, que foram feitas pelo Partido Socialista para dizer que as receitas dos juros de mora são receitas de IMI e de IMT, aliás, devidas há anos, retidas há anos ilegítimamente por decisão dos governos, e que só este Governo teve, finalmente, o bom senso de as entregar às câmaras mas, naturalmente, entram na flutuação que, aliás, ainda agora no ponto antes viram que existe uma flutuação destas receitas, quer do IMT, quer do IMI, que vai ser acrescida com esta receita nova.

De qualquer maneira, a política social não se faz por impulsos, não se faz por arranques, não se faz porque este ano tiveram aqui uma receita e vão fazer política social e para o ano, como já não temos a receita, não fazemos, portanto, é a isto que se chama estratégia com certeza.

Depois, lamentou que continuem a não querer perceber que existem competências, que quando se fala de estado de direito fala-se também das competências que esse mesmo estado de direito atribui aos diversos níveis da administração pública, que atribui à administração central e que atribui à administração local, e que se continue a querer fazer passar a imagem, e a enganar as pessoas, dizendo-lhes que não existe esta ou aquela infraestrutura numa escola porque a Câmara não quer. Não. É porque o Governo, vinte anos dos quais são do PS, não quer.

Porque não é responsabilidade da Câmara Municipal e porque não se pode, legitimamente, pedir à Câmara Municipal que faça uma obra que é obrigação do Ministério da Educação, a não ser que vão pedir ao Ministério da Educação que faça uma obra de saneamento, ou que faça uma obra de água, que é obrigação do município mas, naturalmente, eles não o fazem, nem têm que o fazer, como a Câmara não tem que fazer obras nas escolas secundárias, têm é que reivindicar, e os eleitos do PS, que estão tão próximos do Governo, outra vez, que depois de já terem estado tantas vezes estão outra vez tão próximos do Governo, peçam-lhes, peçam-lhes, digam-lhes "olhe lá camarada, olhe lá camarada", não tratem só os da CDU por camaradas, tratem-nos a eles também, "olhe lá camarada faça lá esta obra no meu concelho que faz muita falta". Estão há trinta anos à espera, do que é que estão à espera?

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Prestados os esclarecimentos submeteu a proposta a votação e disse que desta vez, ao contrário do que o Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira o acusa, e porque lhe tocou no coração enquanto banheirense que é, não o fez calar.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com dezanove votos a favor da CDU; doze abstenções, sendo oito do PS, duas do BE, duas do PSD.

3 – Alteração ao Mapa de Pessoal do Município

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 05/04/2017:

"O atual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e competências dos serviços, nestes termos foi em reunião realizada em 28 de outubro de 2016, deliberado pelo executivo Camarário, aprovar a proposta de mapa de pessoal para o ano de 2017, posteriormente aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 25 de novembro de 2016.

O Município da Moita tem vindo nos últimos anos a ver-se confrontado com constrangimentos na gestão dos seus recursos humanos face ao crescendo das suas competências e atribuições. Acresce o facto de, desde 2011, as sucessivas Leis de Orçamento de Estado, terem vindo a impor limitações a novas

contratações de pessoal, situação que se agravou com a progressiva saída de trabalhadores. Desta feita, é cada vez mais notória a insuficiência de recursos em determinadas áreas, designadamente onde as tarefas são realizadas por assistentes operacionais, como é exemplo, entre outras, a higiene pública, a jardinagem, a reparação e instalação de ramais, a manutenção de vias e o apoio nas salas dos Jardins de Infância.

Assim, de forma a garantir a permanência o bom funcionamento e qualidade de todos os serviços prestados à população, e designadamente recorrendo à promoção de competentes procedimentos concursais para o recrutamento de assistentes operacionais, propõe-se a criação de mais 21 lugares de assistentes operacionais, 1 de Auxiliar de Ação Educativa, 3 de Cantoneiros de Limpeza, 5 de Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, 9 de Serviços Gerais, 2 de Cabouqueiros e 1 de Canalizador, a incluir no Mapa de Pessoal 2017.

Nestes termos, submeto a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal a aprovação da Câmara Municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal, para deliberação nos termos da alínea o) do nº1 do art. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que o que se trata aqui é de se preparem para poder abrir concursos para admissão de pessoal. Finalmente, a Lei do Orçamento de Estado, este ano, já não interdita a contratação de pessoal, embora mantenha limitações do ponto de vista da despesa mas, tendo em conta essas limitações, tendo em conta a capacidade que a autarquia, neste momento, tem, tendo em conta também, e antecipando a morosidade que os processos de concurso, seguramente, irão ter, porque se prevê que muitas pessoas concorram, face à situação de desemprego que existe, querem, desde já, poder abrir esses concursos e, para isso, precisam criar os respetivos lugares no mapa de pessoal.

Numa avaliação feita neste primeiro trimestre do ano, relativamente às necessidades mais urgentes, e estão apenas a falar das mais urgentes porque, naturalmente, como já referiu e como também já foi aqui dito, de 2010 para cá perderam cerca de cem trabalhadores, portanto, não vão, num prazo curto, recuperar tudo isso, o que se pretende aqui é apenas responder a algumas necessidades mais imediatas, propõe-se a criação de mais vinte e um lugares de assistentes operacionais, e aqui o texto da proposta não está muito explícito porque parece que são vinte e um mais três e não é assim, são vinte e um dos quais um é de auxiliar de ação educativa, três são de cantoneiros de limpeza, cinco são de condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, nove são de serviços gerais, dois são de cabouqueiros e um é de canalizador. Posteriormente, irão proceder à abertura de concursos para, progressivamente, preencherem os lugares que agora são abertos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido do Srª Tânia Ribeiro da CDU, e que agradecia que, no decurso da sua intervenção, quem pretendesse intervir neste período assinalasse a sua intenção.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Srª Tânia Ribeiro da CDU

Começou por dizer que achava que não era demais voltar a repetir que as restrições à contratação de pessoal foram fruto, sem dúvida nenhuma, do Partido Socialista e dos governos PSD-CDS que, em muitas autarquias, quase deixaram os mapas de pessoal desertos e, se levarem isto para as juntas de freguesia, estão mesmo, mesmo, quase desertos.

Sendo claro que esta proposta merece a votação favorável da bancada da CDU, não podem deixar de passar a nota de que, para valorizar o mundo do trabalho, se requerem medidas concretas a nível nacional já, e elas tardam.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, dois do BE; sete abstenções, sendo seis do PS, uma do PSD.

4 – Atos da Câmara

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que apenas queria referir três questões que lhe parecem de destacar, para além, naturalmente, do conjunto de informações que é habitual e que foi entregue com o relatório da atividade municipal, por serem três aspetos diferentes, dois deles de grande relevo, e daí querer referi-los em detalhe.

O primeiro refere-se à assinatura do protocolo com a Administração Regional de Saúde, que já aqui hoje foi referido, para a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira, construção essa que se prevê que decorra até ao final de 2018, que é o que está protocolado, porque quer, naturalmente, valorizar a assinatura do protocolo mas porque fazê-lo é valorizar a luta das populações, dos utentes e das autarquias que, ao longo de muitos anos, não se cansaram de reclamar aquilo que é um direito, o direito constitucional à saúde, o direito à saúde em melhores condições, e para referir também que esta construção das novas instalações não resolve o problema todo, não resolve, se calhar, mesmo o principal problema, porque para podem ter ali um palácio mas se não tiverem médicos, enfermeiros, se não tiverem o equipamento dotado do pessoal, a situação não se ultrapassa.

Teve oportunidade de dizer na sessão em que se assinou este protocolo, e acha que ao dizê-lo interpreta o sentimento de todos, que não podem esperar até ao final de 2018 para que a situação se resolva, isto é, não podem esperar por ter novas instalações para, finalmente, terem mais médicos ou terem os profissionais que são necessários, a situação tem que ter soluções muito antes disso.

Sabem que existem dificuldades, sabem que existem concursos que ficam desertos, mas sabem também que situações de exceção exigem medidas de exceção e, a situação na Baixa da Banheira é de tal forma grave, a falta de médicos é de tal forma acentuada, que se exigem medidas de exceção capazes de mitigar a falta de profissionais e caminhar no sentido de que todos os utentes tenham os cuidados de saúde que lhes são devidos.

A segunda nota que queria assinalar tem a ver com a reconstituição da Simarsul sendo que, na passada segunda-feira, foi assinado o contrato de concessão entre o Ministério do Ambiente e a Simarsul, e aqui também há que valorizar a luta que foi desenvolvida pelos municípios, em particular, e também pelos trabalhadores da própria Simarsul, porque o processo de fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento que o anterior governo levou a cabo teve a oposição de muitos municípios, desde o primeiro momento, e quando diz muitos não se refere apenas aos da Península de Setúbal, houve, efetivamente, um número muito significativo de municípios, nas diversas regiões do país, que se pronunciaram contra isto.

Aqui na região, para além das posições políticas que foram tomadas em todas as câmaras e assembleias municipais, foi colocada uma ação em tribunal para contestar o processo de fusão, ação essa que só foi retirada há duas semanas quando, efetivamente, se concretizou e saiu o decreto-lei que concretiza a reconstituição da Simarsul, e aquilo que importa valorizar é que isto não é mais do que o regresso a uma situação de maior racionalidade, portanto, têm uma empresa à dimensão da região, com capacidade de, efetivamente, ser um fator de desenvolvimento regional e de efetivo exercício de políticas ambientais de defesa do nosso ambiente.

Mas também não quer deixar de assinalar que, até porque ao longo de todo o processo negocial que os municípios mantiveram com o atual Governo, que conduziu a este desfecho, sempre foi manifestado que este é um passo que consideram importante e, reconhecendo a verticalidade que o Governo teve em assumir esta medida e levá-la até ao fim, discordam do Governo na perspetiva de que o sistema

multimunicipal não é o sistema que desejam, porque estes sistemas têm, na sua génese, um princípio que é o de retirar aos municípios competências que são suas, estatizar as competências no âmbito, neste caso, do saneamento, e de colocar os municípios numa situação de clientes únicos e acionistas minoritários das empresas que atuam no seu território, numa área que era, que devia ser e que se mantém da sua competência.

Portanto, acham que é preciso continuar um caminho que leve a que os sistemas multimunicipais sejam alterados e que se passe a sistemas de parceria pública, e já existem algumas experiências no país, em que, efetivamente, todos os acionistas estejam em pé de igualdade, na devida proporção do capital social que detêm, mas em que os municípios têm um papel fundamentalmente diferente e são, efetivamente, titulares desta competência.

Por último, quis dar uma informação, que é um lamento, mas pensa que é um esclarecimento devido à Assembleia porque ainda na última sessão falaram nisso, e vão voltar a falar, que é o facto de continuar a não haver notícias sobre o Quartel da GNR e pensam que já é demasiado tempo para que o Ministério das Finanças decida.

Nesse sentido, vão pedir durante os próximos dias, novamente, à senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, que diga qual é o ponto de situação, se há algum impedimento, porque a senhora Secretária de Estado, como já referiu, e volta aqui a frisar, ainda no final do ano passado, por ofício, informou a Câmara Municipal que, do ponto de vista do Ministério da Administração Interna, estava tudo tratado, que o processo estava entregue ao Ministério das Finanças a aguardar despacho para se proceder à permuta e, quatro meses depois, não há notícias pelo que gostariam de saber o que é que se passa uma vez que o problema reside e a situação não para de se agravar, o edifício está cada vez mais violado, cada vez mais degradado e porque pensam que enquanto ele não passar para a posse da Câmara a situação não vai parar de se agravar.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha um pedido da Sr^a Filomena Ventura do PS e do Sr. Staline Rodrigues do PS, e que agradecia que, no decurso destas intervenções, quem pretendesse intervir neste período assinalasse a sua intenção.

Colocado o relatório à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que recebeu, via escola, via agrupamento de escolas, a divulgação do segundo encontro “Maré de Palavras” que vai acontecer proximamente e que menciona, no dia cinco de maio, a assinatura de um protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, pelo que pediu que a esclarecesse sobre este protocolo.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse que iria colocar algumas questões relacionadas com os velhos porque crê que é o mais velho aqui na Assembleia e, como tal, lhe fica bem colocar algumas questões relacionadas com os homens e mulheres da sua idade.

Já aqui há algum tempo sugeriu à Câmara que se colocassem duas passadeiras nas laterais da Câmara, com piso adequado, para que as pessoas possam passar com maior ligeireza e com alguma qualidade, porque aquele piso não é compatível como devia de ser e, portanto, como há tanto material, e crê que a Câmara até é capaz de ter o próprio material porque, no fundo, está a falar em vidro. Crê que a Câmara é capaz de ter o material, e era como que uma forma de facilitar, ainda mais porque hoje parte das pessoas já não entram aqui pela entrada principal, dado o novo Balcão, e haverá cada vez mais pessoas a passar pelas laterais da Câmara, pelo que lhe parece que a colocação ali de uma pequena passadeira seria de muita utilidade para quem tem dificuldade em andar, como é já também o seu caso, e todos reparam que as pessoas de uma certa idade procuram passear pelas estradas precisamente porque tendem a um piso mais adequado.

Outra questão tem a ver com a escada de acesso à biblioteca municipal porque têm aqui no Largo das Palmeiras uma pequena escada que está provida de um corrimão central e acha que esse corrimão central

é de uma necessidade absoluta no acesso à biblioteca, pelas mesmas razões que evocou no problema do passadiço aqui por trás da Câmara.

Outra questão que pretende colocar, e já o faz pela segunda vez, tem a ver com as condições em que trabalham os trabalhadores da recolha de lixo, principalmente na altura do inverno, porque têm noites terríveis de chuva, de vento, etc., etc., e por isso diz que, se fosse o presidente da Câmara, munia todos os carros com pequenas cabines, porque hoje há todas as condições para isso, através de determinados materiais, nomeadamente, vidro acrílico, pelo que construiria, se calhar, com as suas próprias mãos, uma vez que é carpinteiro e marceneiro, umas cabines, porque são necessárias para evitar as condições desumanas em que esses trabalhadores trabalham no inverno.

Ainda relativamente aos mais velhos, disse que vê, pela Moita fora, como todos os que estão atentos a isto verificam, que há pessoas que se deslocam da sua casa para ir comprar o pão, para ir comprar os elementos necessários à sua sobrevivência, com excessiva dificuldade, que se arrastam pela rua fora para ir comprar os seus bens alimentares, pelo que crê que têm condições hoje, ou através das juntas de freguesia, ou através, diretamente, da Câmara, de darem um maior apoio diário a esta gente que vive na nossa terra e que merece de todos o maior respeito e carinho.

Por último, uma questão que também já colocou na sessão anterior, porque gostaria de obter informações, dado que, em outubro, têm novas eleições e vai deixar esta Assembleia, sobre a Raríssimas, uma vez que já tinha pedido ao Sr. Presidente. Se, porventura, for possível, porque é importante no nosso concelho saberem da importância a nível nacional, e até internacional, perante as referências feitas à Raríssimas, contudo, aqui na Assembleia Municipal, pouco sabem, ou nada, gostaria que o Sr. Presidente, de acordo com as suas possibilidades, lhes desse alguma informação sobre o funcionamento e a relação que tem com esta população porque, como já referiu, vê aqui imensa gente, ou alguma gente, com problemas complicados, com doenças que são de natureza cerebral, pelo que gostaria de obter alguma informação.

Para terminar disse que votou contra o Relatório e Contas do passado ano, todavia, está sensível à forma como o Sr. Presidente fez a apresentação das contas, que manifesta, no seu entender, uma responsabilidade administrativa que não tem visto no passado, porque terem as contas equilibradas, quer nas suas casas, quer na Câmara, quer no Estado, é importantíssimo.

Sempre revelou uma atenção pelas contas, por onde passou, nomeadamente, na sua passagem como Presidente da Comissão Administrativa, e que foi talvez o único mandato em que baixaram as contas do município de quarenta e cinco mil contos, na altura, para vinte e oito mil, além dos outros fatores de investimento, de equipamento, etc., etc., que estão referidos no pequeno livro da autoria do José Luis, foi também neste período único que baixaram o endividamento da Câmara, pelo que fica suscetível à sensibilidade que o Sr. Presidente da Câmara manifesta sobre a questão das contas da Câmara.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Para fazer o ponto de situação, informou que os pedidos de intervenção que tinha registado eram do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, do Sr. Carlos Albino e do Sr. João Figueiredo, e confirmou que não havia mais ninguém que tivesse assinalado essa intenção.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel

Disse que a sua pergunta tem a ver com a situação dos esgotos no Penteado, até porque, como já foi aqui explanado pelo Sr. Presidente da Câmara, foi um investimento grande, muito significativo, neste último ano, e uma vez que essa obra foi feita, e que custou tanto dinheiro, criou também grandes expectativas na população mas ainda não foi feita a ligação dos esgotos à rede, que se prende com a construção de uma estação elevatória para encaminhar os esgotos do Penteado, e daí querer perguntar se a Câmara Municipal tem alguma informação sobre o desenvolvimento desse processo, uma vez que é uma obra fundamental para que aqueles esgotos comecem a funcionar, sob o prejuízo até de se começarem a degradar e a necessitar de algumas intervenções.

Sr. Carlos Albino do PS

Disse que, dadas as palavras do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, era levado a fazer aqui uma pequena nota porque, pelo país todo existe quem, dentre os trezentos e oito municípios do país, quando confrontado com a dificuldade de fixar médicos, vá além da simples reivindicação, como o Presidente da Câmara aqui indicou, faça muito mais e, ao fazerem muito mais, apresentam medidas no sentido mesmo de os fixar,

coisa que acha que devia ser olhada com outros olhos por parte do executivo, abandonando aquela que considera ser uma posição confortável, que é, pura e simplesmente, reivindicar a terceiros que resolvam um problema cuja solução também poderá passar pelo contributo da autarquia, da Câmara Municipal.

Perguntou ainda ao Presidente da Câmara, e ao restante executivo, pelo menos àqueles que têm pelouro, porque os outros, tanto quanto sabe, não terão sido convidados para as visitas, para os roteiros, se já conseguiram identificar as barracas que existem no nosso concelho nos passeios que fizeram e se já conseguiu identificar até onde vai o concelho, nomeadamente, no que diz respeito ao Vale da Amoreira, porque sabe o que está inscrito no PDM e onde é que são os limites geográficos do concelho da Moita, agora o que parece é que existe parte do concelho da Moita que está ao completo abandono, e isso pode ser visto pela entrada que se faz na Avenida José Almada Negreiros, no prolongamento que vai dar à Vila Chã.

Existe ali uma parte acima do Centro de Experimentação Artística que é quase uma linha invisível que separa a zona onde a relva é cortada e tratada da zona onde é mato. No espaço interior da rotunda subsequente a esse espaço é mato, a sinalização interior, muitas vezes, não tem qualquer tipo de visibilidade, muitas são as vezes que a iluminação está apagada e isso não abona em favor da segurança das centenas de pessoas que ali circulam diariamente, quer nos seus veículos, quer a pé, até porque, não havendo passeios e as bermas sendo mato, são obrigadas a circular pela estrada, seja em cadeira de rodas, seja com carrinhos de bebé, seja com os carrinhos de compras portáteis, simples jovens, todas as faixas etárias, o que acontece é que circulam pela estrada, de dia e de noite, quando há iluminação é mais seguro, quando não há iluminação é menos seguro e, no dia em que acontecer alguma coisa menos feliz, quer ver o que terão para lhes dizer aqui.

Continuando disse que, nas consultas que tem feito e no acompanhamento que tem feito à procura de um contrato que não há meio de o encontrar, quis deixar aqui uma pequena nota porque encontrou um outro contrato de adjudicação direta, neste caso, um contrato para licenciamento, utilização e manutenção de *software* da Microsoft, feito com a empresa Knowledge Inside, Lda., que ficou apenas a quarenta euros e dez cêntimos de ter de ser obrigatório ser feito outro tipo de contrato, visto que o Código de Contratos Públicos, o CCP, no seu artigo vinte, número um, a) diz que "*A escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a (euro) 75 000*".

Portanto, só quis deixar esta nota e a nota também de que, nos dias de hoje, já existe *software* livre, algumas autarquias enveredam por começar a abrir o espectro dos meios e dos recursos que têm ao *software* livre e, se calhar, seria interessante, e não sabe se este executivo irá a tempo ou se já será um desejo que terá que ser executado por outros, que assim espera, se pudessem começar a avaliar a possibilidade de não estar sempre a gastar dinheiro neste tipo de licenças porque, muitas das vezes, só tem um único concorrente.

Sr. João Figueiredo da CDU

Disse que apenas tinha duas notas e que uma era apenas para frisar que estas questões da fixação dos médicos nos centros de saúde, ou nas localidades que será mais correto, é uma competência do Estado Central e é uma competência do Estado Central para assegurar que todas as terras são tratadas, exatamente, da mesma maneira, para que não haja uma municipalização da saúde.

Este é o princípio que está no nosso Serviço Nacional de Saúde e o que o PS agora está a propor é, exatamente, o contrário daquilo que estava, por exemplo, no Serviço Nacional de Saúde quando foi criado pelo Ministro António Arnaut, como o PS tanto gosta de fazer lembrar como se qualquer proposta daquele género fosse apenas de uma pessoa e não de um conjunto grande de pessoas e de uma situação.

A outra questão é relativa à página trinta e três do relatório dos Atos da Câmara porque, no âmbito do Gabinete de Gestão e Reabilitação Urbana, aparece um número considerável de atendimentos aos municípios, de emissão de pareceres técnicos e demais processos de obra, e o que gostava de saber, se lhe puderem facultar a informação, é se esta atividade tem conduzido a um aumento da reabilitação urbana, nomeadamente, nas áreas de reabilitação urbana.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu a palavra ao Presidente da Câmara para poder dar resposta às questões colocadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Solicitou ao Sr. Vice-Presidente que respondesse à primeira pergunta colocada.

Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Daniel Figueiredo

Esclareceu que o protocolo mencionado se refere à formalização de uma parceria que já existe há algum tempo com os voluntários da leitura, portanto, este trabalho já existe há longos anos e é apenas uma formalização.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Solicitou ao Sr. Vereador João Romba que respondesse à questão sobre os atendimentos para a regeneração urbana.

Sr. Vereador João Romba

Informou que tem havido, nomeadamente, alguma procura de informações sobre o assunto, que depois não se tem refletido nas ações no território mas, de facto, tem existido alguma procura após a aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana, mas também a especificidade de algumas situações não leva a que, depois, os proprietários, ou os particulares que vêm buscar essas informações, avancem com ações, todavia, há que valorizar o programa que foi aprovado e que levou à procura de algumas informações.

Quis também aproveitar o momento, se o Sr. Presidente lhe permitisse, para dizer que houve um passo, que foi a deliberação destas Áreas de Reabilitação Urbana que, numa primeira fase, levou a uma divulgação do programa que teve lugar na Junta de Freguesia de Alhos Vedros, que estão praticamente preparados todos os outros folhetos informativos para as restantes freguesias e que, a todo o momento, serão feitas ações de divulgação nas diversas freguesias para divulgar mais este programa, que foi aprovado aqui em Assembleia, pelos restantes municípios, que se espera que possa haver mais procura de informação e que isso também se espelhe na melhoria e na reabilitação do nosso território.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Staline disse que, em Portugal, têm esta tradição, que tem as suas vantagens e as suas desvantagens, dos pisos pedonais serem em calçada, seja em calçada miúda, seja em calçada grossa, mas a generalidade das situações é assim e foi isso que aplicaram nesta zona que privilegia o peão, puseram calçada, neste caso, calçada grossa. Se não houvesse esta diferenciação, facilitava-se ainda mais, ou induzia-se ainda mais, a ocupação pelos carros nas zonas pedonais que, infelizmente, já ocorre e que, na sua opinião, ocorre demasiado.

Têm deficiências, em particular aqui na Moita, na fiscalização, na atuação das autoridades, e têm deficiências no civismo dos condutores, porque aquilo que aqui se verifica de ocupação de espaços não é razoável, não é aceitável, e terá que se caminhar para o fim, mas as coisas são como são e, no caso dos passeios pedonais, esta tradição da calçada é uma tradição arraigada no nosso país e que não terão condições para alterar.

Sobre a questão da escadaria de acesso à biblioteca disse que aquela escadaria, tal como está, integra um projeto de um arquiteto reputado, e com isto quer dizer que qualquer alteração teria sempre que ser autorizada, aliás, como outras alterações, ou tentativas de alteração, que se pretenderam já em tempos fazer, até no interior, e que não encontraram acolhimento por parte do arquiteto, que tem direitos de propriedade sobre aquela obra. Mas, mais importante do que isto, é dizer que as pessoas de mobilidade reduzida têm uma rampa de acesso à biblioteca, na lateral da biblioteca existe uma rampa e, portanto, não são forçadas a usar a escada para aceder a este equipamento.

Quanto à Raríssimas disse que não lhe compete a si fazer aqui retratos de instituições particulares, aquilo que pode dizer, e que acha que é razoável que diga, é pouco porque é apenas dizer que a Raríssimas é, efetivamente, uma instituição que estão muito felizes por ter no nosso concelho, porque ela presta um serviço único e adquiriu um prestígio, nacional e internacional, que os orgulha, naturalmente.

É uma instituição que não é como outras IPSS's que se dedicam à população local, porque esta tem uma abrangência muito maior, esta trata de doenças raras e apenas de doenças raras, doenças raras que têm uma definição própria na medicina, têm nomes impronunciáveis, pior que aquele senhor holandês, mas não irá por aí, mas o que ali são prestados são serviços de qualidade, neste momento já com várias

valências, porque têm uma valência de internamento, têm uma unidade de cuidados continuados, têm uma valência de prestação de cuidados de saúde, têm uma valência de terapia, de recuperação e de acompanhamento destas pessoas, e pretendem alargar para terem também uma creche e jardim-de-infância.

É uma IPSS que cresceu significativamente, e teve um crescimento que julga surpreendente, porque ela está instalada aqui, como sabem, há apenas três anos de funcionamento, porque teve um período de construção, com as dificuldades financeiras que são habituais, mas conseguiu levar a bom porto um equipamento de grande valor, de grande montante, exigido para a sua construção, conseguiu obter os financiamentos necessários para isso, também com alguma ajuda da Câmara mas não foi, nem de perto nem de longe, a ajuda da Câmara que o permitiu, a não ser no que diz respeito ao terreno, porque no que diz respeito à construção estão ali investidas verbas muito elevadas.

Tem, neste momento, já algumas dezenas de trabalhadores, boa parte deles são locais, portanto, houve recrutamento local, estão muitos trabalhadores da área do município, e também dos municípios à volta, e pensa que isto é o que lhe compete dizer e, mais informações, só deve ser a própria instituição a prestar que, com certeza, estará aberta a isso.

Para esclarecer a situação dos esgotos do Penteadão ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita disse que, efetivamente, a rede que está a sul da passagem no Bairro Operário drena para o concelho de Palmela, e os efluentes daquela zona juntam-se aos efluentes do Bairro Mesquita, em Palmela, numa estação de tratamento que já lá devia estar construída, em território do concelho de Palmela que, por sua vez, se ligará depois à rede e à estação de tratamento de águas residuais também no concelho de Palmela, que vai tratar todos aqueles efluentes.

Quando avançaram para a obra avançaram, concertadamente, com a Simarsul que tinha o compromisso, aliás, lançou o concurso, que decorreu, para a construção da estação elevatória do Bairro Mesquita. Acontece que a Simarsul, ao que lhes é dito, avançou com o concurso sem ter resolvido o problema da posse do terreno onde a estação elevatória deve ser instalada, que é um terreno complicado com muitos herdeiros, e o processo atrasou-se e demorou, na sua opinião, excessivamente, e chegaram à situação de concluírem a nossa obra e esta não estar concluída. Entre parêntesis, disse que uma parte da obra que foi executada já está ligada porque toda a parte que está a norte da linha férrea ligou à outra rede e está em pleno funcionamento.

Quando receberam a confirmação de que a obra da estação elevatória não ia avançar nos tempos previstos iniciaram um processo de insistência junta da Simarsul, que durou pouco tempo porque, entretanto, foi fundida na Águas de Lisboa e Vale do Tejo e as coisas, a partir daí, agravaram-se ainda mais porque, como muitas vezes foi dito, a distância aumentou, o acompanhamento às questões locais agravou-se e o processo não avançou.

Em setembro ou outubro do ano passado fizeram uma reunião com a população, no Penteadão, para explicar a situação, apresentaram a troca de correspondência que têm com a Simarsul, que comprova tudo isto que aqui afirmou, e propuseram às pessoas que assinassem um abaixo-assinado a reclamar a solução urgente da situação, que foi entregue.

Por acaso, nessa reunião, estava um familiar dessas pessoas que comprovou que estavam ainda a decorrer as negociações relativamente à posse do terreno e, já perto do final do ano, crê que no mês de novembro, receberam um ofício do então presidente da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Engenheiro José Sardinha, dizendo que estavam resolvidas as questões da propriedade, que a obra ia avançar e que contava, até ao final do ano, ter a obra no terreno, mas já viram que não está.

Em março, receberam uma informação por e-mail, em contactos técnicos entre a nossa diretora, Eng^a Maria João, e um técnico da Simarsul, dizendo qualquer coisa como “agora é que é, a obra está pronta para avançar e pensamos até ao fim do mês ter a obra iniciada”, mas também já viram que não se iniciou.

A nova administração da Simarsul está em funções desde segunda-feira, portanto, novamente a Simarsul, têm lá um administrador designado pelos municípios e, já agora, porque há bocado não referiu, informou que na reversão da Simarsul foi também de novo assinado o acordo parassocial que garante aos municípios a presença de dois elementos no concelho de administração, um executivo e um não executivo, e já teve oportunidade de colocar esta questão ao administrador designado pelos municípios, que está a avaliar a situação e espera que, agora, com a Simarsul de novo em funções, se avance porque não há já, do seu ponto de vista, nada que justifique tantos meses de atraso, dado que foram os próprios a afirmar que a situação relativamente à posse do terreno estava ultrapassada.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Carlos Albino disse que, quanto às medidas para fixar médicos, há duas razões, porque isto não é razoável, sendo que a primeira razão tem a ver com aquilo que disse há bocado, mais uma vez, de estarem a exigir às autarquias que intervenham em competências que não são suas, quando nem as verbas que lhes são devidas pela lei lhes são atribuídas, e não vale a pena dizer mais sobre isto porque já há bocado disse.

Mas, mais ainda do que isso, lembrou que estão na Área Metropolitana de Lisboa. Admite que na Vidigueira, por exemplo, ou em Pinhel, se considere que, para atrair uns médicos para lá, seja preciso arranjar-lhes residências, mas nós estamos na Área Metropolitana de Lisboa, nós estamos a trinta minutos do centro da capital, pelo que não é credível que se afirme que um médico não venha trabalhar para o Hospital do Barreiro, ou para um centro de saúde aqui da região, por causa do transporte ou por causa da casa, isso é treta, não é por isso.

Objetivamente, haverão outras razões, designadamente, todas as razões que têm um longo histórico de *numerus clausus* que impediu a formação de médicos, de condições de trabalho que são dadas aos médicos que eles não aceitam, de concorrência dos privados, que foi fomentada, incentivada, promovida por sucessivos governos e que leva os médicos a fugirem do Serviço Nacional de Saúde e a irem para o privado, tudo isso é que tem a ver, não é a questão de não terem casa no meio da Área Metropolitana de Lisboa, sinceramente, não é por aí.

Quanto às barracas disse que sabem onde estão todas, que algumas estão em terrenos que nem sequer são da nossa jurisdição porque estão, por exemplo, em terrenos da APL, e todas aquelas onde podem intervir têm intervindo ao longo de anos, muitos anos.

Não sabe se o senhor se recorda mas, com certeza que se recorda que hoje já aqui foram referidas as inúmeras barracas que existiam no nosso concelho, designadamente na freguesia do Vale da Amoreira, onde a Câmara Municipal investiu dinheiro que ainda está a pagar, porque parte daquele dinheiro que estão a pagar do empréstimo de longo prazo foi para estes projetos de reabilitação urbana e de construção dos bairros sociais.

Relativamente à ligação à Vila Chã disse que é interessante que coloque essa questão porque então não é que aquele terreno está como está, e há enormes responsabilidades, designadamente do Partido Socialista, designadamente, das tralufices que os sucessivos governos fizeram relativamente, por exemplo, à ponte e à via-férrea de alta velocidade porque, exatamente, naquele terreno estão impedidos de fazer lá qualquer coisa desde mil novecentos e noventa e quatro, noventa e cinco, porque a terceira travessia vem dos anos noventa, o TGV é que vem do ano de dois mil e quatro.

Mas, como se isto não bastasse, e com certeza que todos aqui se recordam do processo de revisão do PDM, com certeza que todos aqui se recordam que o PS forçou, bloqueou, até que aquela zona fosse transformada num buraco negro que não tem classificação, não tem classificação do território, e só assim é que foi possível aprovar o resto do PDM, é que aquilo não tem classificação, hoje é um buraco negro e é uma situação que admite que seja única, ou quase única.

A proposta de PDM esteve cinco anos numa gaveta, esteve cinco anos numa gaveta, até que aquilo foi tapado a negro e pronto, "então avança lá o resto" porque, finalmente, houve alguém na CCDR, a presidente da CCDR, na altura, que, aliás, tinha acompanhado durante anos o processo de revisão, que teve consciência de que não era mais razoável, nem sustentável, manter aquele bloqueio mas, efetivamente, não se pode lá fazer nada neste momento, nada, não existe em termos de classificação, não existe em termos de classificação, portanto, tem no seu partido pessoas que podem explicar muito bem porque é que isto aconteceu, como é que aconteceu e quem é que fez acontecer.

Por último, sobre o *software* disse que foi uma coincidência engraçada, foram setenta cêntimos, ou setenta euros, podiam ter sido cento e quarenta que o resultado era o mesmo, está dentro dos limites legais previstos para o ajuste direto e assim aconteceu.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu indicação à 2ª secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos., sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram zero horas e dez minutos do dia vinte e dois de abril de 2017.

O Presidente

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária